

Partido Comunista
(P. U. L. C.)

O processo de um traidor

(O caso do ex comunista - B. Canelas)

Na Livraria da Rua, 1952

10000 - Rua do Rio, 10000

1952



Partido Comunista

(S.B.I.C.)

O processo de um traidor

(O caso do ex-communista A. B. Canellas)

Preço 1\$000

Typ. LINCOLN G. Camara, 292

Rio de Janeiro

1924

I – A delegação ao IV Congresso da I.C.

Nosso primeiro congresso, de cuja reunião nasceu, constituído, o Partido Comunista brasileiro, realizou-se no Rio, em fins de março de 1922. Das questões nele tratadas constava a referente à participação dos comunistas do Brasil no IV Congresso da I.C., o qual, supunha-se, devia reunir-se em julho seguinte, em Moscou. Entre fins de março e julho, medeiavam, pois, três meses, – tempo escassíssimo para que se pudesse enviar daqui, diretamente, um delegado nosso a Moscou. Além da apertada escassez de tempo, outra dificuldade, não menor, nos embaraçava: a carência de recursos monetários para o custeio de uma tão longa e necessariamente dispendiosa viagem. Tomando em consideração tais obstáculos, é que a C.C.E. eleita no Congresso, aceitou, para representar-nos no IV Congresso da I.C., a indicação de Antonio Canellas e de Mario Barrel.

Canellas se encontrava na França, pela segunda vez, desde mais de dois anos. Carteando-se mais ou menos assiduamente com o camarada Astrojildo Pereira, ele acompanhara, por esse modo, todo nosso trabalho anterior no sentido de organização de uma seção brasileira da Internacional Comunista. Através dessa correspondência, sabia Astrojildo dos propósitos de Canellas (aliás manifestados desde sua partida para a Europa, em setembro de 1920) de ir até à Rússia. Foi ainda Astrojildo quem, baseado na concordância epistolar daquele com a obra de formação do P. C. brasilei-

ro, o apontou e propôs em nosso Congresso, para membro titular da nossa primeira Comissão Central Executiva. Valha a verdade dizer que esta proposta e aquela indicação não foram aceitas sem uma certa relutância por parte de vários camaradas. Canellas não desfrutava – nem aqui no Rio, nem muito menos em Pernambuco – de uma grande estima ou simpatia nos meios revolucionários. Os que eram seus amigos souberam, contudo, remover a relutância dos outros. Devíamos passar a esponja do esquecimento e da conciliação sobre as divergências e ressentimentos de outrora. Íamos encetar uma obra nova e grandiosa, de entusiasmo e de renovação. O ambiente de fraternidade, sob o qual lançávamos as bases do nosso P. C., propiciava o gesto reconciliador. Ninguém punha dúvida, assim, em aceitar o nome de Antonio Canellas para membro da C.C.E. e para representante do Brasil no IV Congresso da I.C. Acrescia ainda a circunstância de sua longa permanência em Paris, o que nos fazia supor estivesse ele em contato com o P.C. francês, coisa essa que seria de molde a facilitar a missão de que o investíamos. Todavia, para maior segurança no êxito do mandato, repartíamos-lhe este com o camarada Mario Barrel, também residente em Paris. A esse camarada, que é brasileiro, mas se fez militante na França, e conhecíamos-

lo apenas – e precisamente - através de informações epistolares de Canellas. Soubemos que ele chegara a ocupar postos de certa responsabilidade no P.C. francês. Politicamente, por conseguinte, era um elemento que muito nos poderia auxiliar.

Cabe aqui uma observação oportuna. Canellas

p.3

seguiu, ele só, para Moscou. Barrel não foi. Em carta que nos escreveu de Paris, datada de 14-09-1923, dizia Canellas: “O Barrel vai comigo, mas mais tarde, lá para 20 de outubro. Eu sigo talvez daqui a 3 dias”. E depois, na primeira carta de Moscou: “O Barrel não virá. O Brasil – assim como a Argentina¹ e o Uruguai - só tem direito a um delegado...” Ora, a credencial, que enviamos daqui, datada de 29-03-1923, acreditava a ambos como representantes nossos. O secretariado do Executivo recebeu-a, conforme resposta, datada de Moscou 27-10-1923, à comunicação que lhe enviáramos em 12 de setembro: “Acusamos recebida vossa carta de 12 de setembro, na qual nos comunicais terdes investido os camaradas Canellas e Barrel do mandato de vos representar no IV Congresso mundial.” Por que não foi Barrel? Canellas mentiu quando disse que a Argentina só tinha direito a um delegado, pois que a Argentina teve dois delegados, Penelón e Greco, no Congresso. Na ocasião, confiantes como estávamos na probidade de Canellas, não tivemos dúvida em aceitar sua explicação. Hoje, porém, temos o direito de duvidar de sua veracidade. Não seria aquilo alguma tramoia de Canellas para afastar a possibilida-

p.4

de de um companheiro, que poderia exercer uma espécie de controle sobre seus passos? Nada afirmamos, por agora, a este respeito. Conjecturamos, apenas, com carradas de fundamentadíssimas desconfianças. E vamos averiguar o caso.

Em suma. A indicação de Canellas para nosso delegado ao IV Congresso da I.C. foi aceita e aprovada: 1. Devido à escassez de tempo² e à falta de recursos para enviar um delegado direto daqui; 2, devido ao fato de supormos estivesse Canellas em contato com o P.C. francês; 3. devido à companhia de Barrel.

Não foram tais motivos, não teria sido Canellas o enviado. E digamos mais – porque é a verdade lisa e sabida de todos: não fora a intervenção pessoal de Astrojildo, iludido em sua boa fé a respeito de Canellas, e este não seria eleito membro da C.C.E.,

¹Com referência à Argentina, a informação da carta era inexata: o P.C.A. teve dois delegados no IV Congresso. Certo, nosso Partido, de efetivos reduzidos, não poderia ter mais de um delegado com direito a voto. Isso, porém, não impediria que a presença de um outro (no caso, Barrel), não nos fosse de grande utilidade.

² Quando soubemos da transferência do Congresso, era igualmente demasiado tarde, e além disso o mandato já estava confiado a Canellas.

nem sequer seria considerado membro do nosso P.C., que se organizou sem ele, cujo mandato ele não soube desempenhar em Moscou, que viveu até aqui apesar do assombroso “ativismo” de Canellas e que prosseguirá em sua atividade, menos assombrosa, é certo, porém serena e firme, sem absolutamente carecer dos assombrosos e “bluffs” canellistas...

II – O regresso do “phénomène”

De regresso ao Brasil, contou-nos Canellas que, em Moscou, devido ao seu “ativismo” e a suas ati-

p.5

tudes e intervenções de “home brabo”, o apelidaram: “le phénomène de l’Amerique du Sud...” O papalvo, sem compreender o ridículo do “sobriquet”, babava-se todo, muito convencido, ao narrar-nos o episódio... Mas o caso é que, aqui chegado, entendeu ele de bancar, também entre nós, o “phénomène”. Coisa de rastaquera, de brasileiro pernóstico, que se havia sentado na sala do trono do Kremlin.

Canellas desembarcou no Rio a 29 de janeiro. Pois bem: só no mês de abril havia ele terminado a redação de seu Relatório e começado sua leitura em sessão da C.C.E. Essa leitura, arrastada e fanhosa, só acabou em maio, depois de três ou quatro sessões. Um “pronunciamento literário” fenomenal... Mas era sobretudo um completo desastre. Uma decepção. Percebendo isso, durante o decorrer da leitura, Canellas preparara seu golpe: ele mesmo redigiu um projeto de resolução da C.C.E. sobre o Relatório. Quer dizer: Canellas pretendia que a C.C.E. subscrevesse o julgamento por ele mesmo proferido sobre sua mesma missão. Os demais membros da C.C.E. não tinham o direito, nem liberdade de opinião. Deviam concordar, aprovar, bater palmas. Sem discutir, sem examinar, sem opinar sobre o Relatório, bastando-lhe “ter ouvido a leitura” do mesmo, a C.C.E. devia aprovar a “atitude” de Canellas em Moscou, e devia ainda por cima renovar-lhe “sua inteira confiança”.³ Essa aprovação, por parte da C.C.E. , “constituiria a condição *sine qua non* da minha permanência

p.6

(dele Canellas) no Partido”.⁴ É bem de ver que os demais membros da C.C.E. repeliram energicamente semelhante absurda pretensão. Eles queriam opinar por conta própria e não podiam admitir, de forma alguma, as ameaças do “phénomène”. Apesar de tudo, o “home brabo” não metia medo a ninguém...

³Ver página 76 da brochura publicada.

⁴Idem, idem.

Tomando a sério a questão, a C.C.E. deliberou convocar vários outros militantes de responsabilidade a colaborar com ela no exame e na resolução a ser tomada sobre o Relatório. O original deste foi então passado de mão em mão, durante 16 dias e lido pessoalmente por todos os membros da C.C.E. e pelos camaradas que havíamos deliberado convidar para uma sessão ampliada. Isso mostra a seriedade, o escrúpulo e a paciência com que procedeu a C.C.E. A sessão ampliada realizada a 20 de maio, compareceram, além de Canellas, mais os seguintes membros da C.C.E.: A. Carvalho, J. Barbosa, M. Cendón, Astrojildo, faltando Luiz Peres, que se achava preso. Dos demais camaradas convocados a participar da reunião, estavam presentes: Everardo Dias, Octávio Brandão, J. E. da Silva e J. A. Diniz. Aberto o debate, Canellas tornou a ler o seu projeto de resolução. Em seguida, cada qual foi externando a própria opinião sobre o assunto. Vale a pena transcrever aqui as notas para a ata da seção: “*Octávio* não duvida da boa fé e da lealdade do delegado, mas acha que ele pode não estar conforme a realidade. Canellas foi a Moscou com algumas ilusões, o que o prejudicou. Não se trata de negar o direito de manifes-

p.7

tar opinião contrária, mas sim se essa opinião é marxista. Canellas não soube desfazer as falsas informações a nosso respeito. Não teve a serenidade bastante para tratar das questões do partido... – (Canellas retira-se intempestivamente da sessão)”. É preciso pormenorizar esse episódio, que é típico.

Canellas teve um ataque de nervos, um autêntico chilique. Foi para a cama, doente. O fato é inacreditável e deixou-nos a todos verdadeiramente pasmados. O “*phénomene*” não podia sofrer a controvérsia: seus nervos explodiam, destrambelhados, como os de qualquer melindrosa histérica... Não se pense que fazemos pilheria. O caso é muito sério. Todos os camaradas são testemunhas da ocorrência, cuja a veracidade afirmamos com responsabilidade expressa de nossos nomes. Certo, esse episódio é de um visível grotesco, de um ridículo imenso, e deveria ficar sepultado em nossa lembrança. Citamo-lo, porém, aqui, por duas razões: porque ele constitui uma demonstração típica do temperamento irritadiço e não-me-toques de Canellas e porque vale como uma prova cabal da extrema paciência e condescendência de que sempre se mostraram animados os membros da C.C.E. nesta questão.

Retirando-se o possesso, e passado o primeiro momento de estupefação, em que todos ficáramos, os presentes prosseguiram em seus trabalhos. Uma questão de ordem foi levantada: se a reunião podia continuar sem a presença de Canellas; (das notas para a ata): “e que se indague deste último se continua ou não a comparecer à reunião; se não, por que motivo – se porque não pode ou porque não

p. 8

quer. J. E. Silva é enviado a entender-se com Canellas. Este comunica que se retirou não por indisciplina ou por protesto, mas por achar-se incomodado, e mais que não poderá assistir às reuniões deste assunto por não possuir serenidade para isso, e mais que estaria pronto a responder a qualquer consulta escrita sobre o assunto, caso a C.C.E. julgue conveniente. Pacientíssimos, e não sem um certo sentimento de piedade pelo coitado, acedemos a tudo. Terminados, por fim, os debates (daí por diante, na verdade, constrangidos e a baixo diapasão da voz, para não incomodar o enfermo, recolhido a um quarto paredes e meia), nomeou-se uma comissão de três membros para redigir a resolução: J. E. da Silva, Octavio Brandão e Astrojildo, sendo apenas este último da C.C.E. Deliberou-se ainda que o projeto de resolução, a ser redigido, fosse previamente apresentado a Canellas, para “receber deste ratificação ou argumentação nova em contrário, com seu voto definitivo por fim”.

Dias depois, redigido o projeto de resolução, foi o mesmo levado ao conhecimento de Canellas. Este, grafomaniaco delirante, respondeu com um novo chumaço de 28 laudas, rabiscadas com aquela sua característica letra-hieróglifo. E como respondeu? Logo de começo: “Essa moção está redigida de uma forma que não comporta alterações. Ou deve ser aceita “in-totum” ou de todo rejeitada.” E uma série de ameaças: ... “se concordam (com ele, Canellas), muito bem, se não concordam, que passem adiante, perca quem perder, suceda o que suceder.” Nossa não aprovação a seus atos e atitudes em Moscou “equivalaria” a

p.9

mata-lo, a destruí-lo, como “militante revolucionário” e “até como homem”: “ora, eu ainda estou muito novo para morrer, e muito menos para me suicidar. *Quem pretender o contrário poderá arrepende-se amargamente.*”(o grifo é nosso). Quer dizer: a C.C.E. devia submeter-se a ele Canellas – mesmo que opinasse diversamente dele. O projeto de resolução, por ele mesmo redigido, é que devia ser aprovado. Condição *sine qua non* de sua colaboração “ativista” no P.C. O dilema fatal estava estabelecido. A C.C.E., que optasse! Porque... “com vocês, sem vocês ou contra vocês eu seguirei o meu caminho...” Pobres de nós outros! A resposta continha ainda uma deliciosa justificação do ataque de nervos: ... “eu sou dono dos meus nervos *e só os deixo agirem quando a minha consciência ordena*” (grifo nosso). Eis um grave problema de psiquiatria, que só a ciência profunda do Sr. Dr. Juliano Moreira poderia resolver. Completamente leigos no assunto, nós o interpretamos ao pé da letra, isto é, concluindo que o tal chilique fora uma fita desenrolada muito de propósito, calculadamente, para impressionar-nos ou desorientar-nos.

Mas o fato é que nós nem nos desorientamos, nem nos impressionamos, como tampouco não nos intimidamos com as ameaças do “home brabo”. Nossos trabalhos prosseguiram, serenamente, pacientemente – e firmemente.

Em nova reunião da C.C.E., foi o projeto de resolução redigido pela comissão citada, submetido a debate e, após diversas emendas, aprovado por unanimidade. Todos os membros da C.C.E. - exclusive Canellas (que não compareceu) e in-

p.10

clusive o camarada Rodolpho Coutinho, de Pernambuco, na ocasião de passagem pelo Rio – e mais os militantes convidados para as sessões ampliadas e já nomeados, manifestaram-se todos unanimemente pela aprovação do projeto de resolução apresentado.

Foi, pois, assim, depois de longos e pacientes debates, adotada a resolução transcrita a seguir, a qual, em tempo, foi comunicada a todos os Centros do P.C., bem como ao Executivo da I.C.

III – Resolução sobre o relatório do delegado do P.C.B. ao IV Congresso da I.C., adotada em sessão de 6-6-1923

A C.C.E., tomando conhecimento do Relatório que lhe foi apresentado pelo camarada Antonio Canellas, delegado do P.C.B. ao IV Congresso da I.C., e depois de o examinar e discutir, em sessão ampliada, decide consignar em ata, para conhecimento do Partido e do Executivo da I.C., as seguintes observações:

Preliminarmente, é de notar-se que o Relatório peca por um sério inconveniente de forma – pela demasiada extensão do seu texto; pelo acúmulo de pormenores incidentais, secundários, alguns meramente pitorescos, e por seu tom apaixonado, polêmico, personalíssimo – o que tudo dificulta sobremaneira a apreciação de seu conteúdo real e de interesse para o caso.

Fora dessa questão de forma, a impressão geral que deixa o Relatório é que o camarada Canellas não soube conduzir-se com a serenidade de ânimo e a firmeza de critério que se faziam mister

p.11

para levar a bom termo sua missão. Informações falseadas ou tendenciosas – ao que conjecturamos, partidas, aliás irregularmente, do Centro de Porto Alegre – criaram, no Executivo e especialmente entre as delegações da Argentina e do Uruguai, um ambiente prevenido e desfavorável a respeito de nosso Partido. Canellas, ao invés de procurar esclarecer a situação e desfazer esse ambiente injusto, mais o agravou ainda, por sua falta de tato, por um mal entendido e pior aplicado espírito de independência, bem como

por sua atitude irritadiça e pelo critério errôneo ou confuso manifestado acerca de várias questões doutrinárias e de fato.

A respeito, por exemplo, da questão maçônica, o camarada Canellas, resumindo, no Relatório, o que respondeu ao inquérito aberto pelo BOLCHEVIK, emite uma opinião absolutamente inadmissível do ponto de vista do comunismo: aquela, segundo a qual “nosso gênero de socialismo é neutro em moral”, e que, em consequência, o Partido pode contar em seu seio, não somente maçons, mas ainda católicos, protestantes, positivistas, israelitas (no sentido religioso). Há nisso um grave erro doutrinário, que não admira haja escandalizado o Executivo, pois que também a nós nos deixou escandalizados. O comunismo é uma doutrina científica fundamentalmente materialista, anti-idealista, anti-espiritualista e necessariamente incompatível com qualquer espécie de doutrina religiosa, moral ou política, baseada em terreno estranho ao traçado pela dialética marxista. Isto é coisa elementar, primária, está no a.b.c. do comunismo. Canellas confundiu deploravelmente a *doutrina* com a *política* do comunismo em rela-

p. 12

ção à moral e à religião. Um partido comunista pode adotar, em tais ou quais circunstâncias dadas, uma política de tolerância ou temporização perante as massas ainda impregnadas de espírito ou sentimento religioso – precisamente porque essas massas não são comunistas no sentido doutrinário, restrito do termo. Os filiados ao partido comunista, esses, por definição, são materialistas, anti-espiritualistas, anti-religiosos.

A opinião do camarada Canellas sobre a questão francesa – sua “opinião particular” – causou-nos a maior surpresa. Residindo na França por mais de dois anos seguidos, Canellas tinha obrigação de a conhecer a fundo, em todos os seus aspectos. Mas, segundo sua própria declaração, ele nem sequer procurava manter-se em contato com os camaradas franceses. Sua fraseologia a respeito da política e das *leaders* da Esquerda francesa, e mesmo a respeito do próprio Executivo, não raro se assemelha à fraseologia de uso entre os falsos comunistas do Centro, os excluídos de toda cor, desde Fabre a Frossard, e corrente até entre os piores inimigos da Internacional, desde o *Temps* ao *Libertaire*. Isto causou-nos, dizemo-lo francamente, uma decepção penosíssima.

Nós não conhecemos de perto a nenhuma das *leaders* da Esquerda francesa e não podemos dar uma opinião pessoal sobre suas qualidades ou defeitos individuais – o que, de resto, pouco importa. Mas, através de seus escritos e de sua atuação de militantes, que conhecemos tanto quanto nos permite a leitura da imprensa comunista, como dos debates dos congressos do Partido francês e dos Executivos ampliados onde a questão francesa foi

tão discutida, temos a convicção de que eles não desmerecem da confiança que lhes tem dispensado o Executivo. Do outro lado, não podemos compreender que o Executivo – e à frente do Executivo, Trotsky, que a vários deles conhece pessoalmente, de longa data – pudesse ser iludido a tal ponto por Souvarine, Rosmer ou Treint. A supor verdadeiras as opiniões de Canellas acerca desses camaradas, de duas uma: os homens que compõem o Executivo seriam – ou um bando de cretinos enrolados por eles, ou um bando de mistificadores iguais a eles. Não podemos admitir qualquer das pontas desse dilema, de onde concluímos pelo grave erro das apreciações de Canellas. Este reivindica para si o direito individual de opinião, que todo delegado aos congressos deve ter. Entendemos que é incontestável esse direito à liberdade de opinião – mas de opinião comunista, não liberdade de opinião em geral.

Nós julgamos – baseados nos elementos de juízo de que temos conhecimento – que a resolução do IV Congresso a respeito da questão francesa foi justa e necessária. Aliás, melhor do que as palavras e os debates, os fatos estão comprovando que o P.C. francês, depurado que foi dos elementos duvidosos, só agora se vai mostrando um verdadeiro partido comunista.

Reclama especial atenção a parte do Relatório de Canellas referente à resolução tomada pelo Executivo a respeito de nosso Partido.

Algumas questões de fato. Conta Canellas que impugnaram a regularidade de seu mandato. Neste ponto Canellas tem razão, menos no que toca a ter sido Alexandrovsky portador de uma cópia da

credencial. O original desta foi daqui remetido para Canellas, em Paris, sendo remetida uma cópia, não por mão de Alexandrovsky, mas por via postal, para o Executivo, que acusou sua recepção, em carta datada de Moscou, 27 de outubro de 1922, assinada pelo camarada Rakosi e que se acha arquivada na secretaria da C.C.E.⁵

Quanto aos efetivos do partido, em dezembro já passavam muito de 123 membros, mas não chegavam realmente a 500, como informou Canellas. Mais de 123 membros contávamos nós, já então, só no Rio e Niterói. Devido às circunstâncias decorrentes do estado de sítio (que ainda perdura) decretado em julho de 1922 e do varejamento da sede da C.C.E., pela polícia do Rio, a qual se apoderou de parte de nosso arquivo, não podíamos dizer com exatidão o número de nossos aderentes, nas cartas que escrevemos a Canellas nas vésperas de sua partida para Moscou. Estimamos porém nossos efetivos, naquele momento (setembro, outubro), em cerca de 250 aderentes. Atualmente (até o fim de maio de 1923), esse número anda por volta de 300.

⁵É curioso de observar que a essa data já Canellas se encontrava em Moscou.

A lentidão de recrutamento explica-se pelas inúmeras dificuldades criadas para nossa propaganda com o perdurar das circunstâncias anormais aludidas.

Onde plena razão cabe a Canellas é no ponto relativo a seu (e nosso) pretenso “anti-semitismo”. Esta é uma questão absolutamente estranha no Brasil, país cosmopolita, de imigração, onde ja-

p.15

mais se manifestaram quaisquer preconceitos de raça. Podemos afirmar, sem o menor receio de contestação, que não há no Brasil nenhuma espécie de anti-semitismo, nem mesmo por parte da burguesia.

Diz a resolução do Executivo que o P.C. do Brasil não é ainda um verdadeiro partido comunista “porque conserva uns restos de ideologia burguesa devidos à presença de elementos da maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas...”

Contestamos a primeira dessas afirmativas: nosso partido não sofre nenhuma influência de ideologia maçônico-burguesa. Cabe aqui dizer que não corresponde à realidade a informação de Canellas escrita para o *Bolchevik*, segundo a qual “nosso partido... conta no seu seio alguns bons camaradas maçons cuja ação revolucionária no seio da maçonaria é notável e notória”. Apenas dois camaradas de destaque – e mais um outro ou talvez nenhum – já eram maçons quando aderiram ao Partido. São dois camaradas de origem pequeno-burguesa, mas sinceramente revolucionários e dos mais dedicados à causa proletária, sendo porém que a C.C.E. dando rigoroso cumprimento à resolução do IV Congresso, determina desde já escolham eles entre ficar na maçonaria ou no Partido. Unicamente em relação a um desses camaradas, cujo caso é especialíssimo, a C.C.E. apresenta ao Executivo, à parte, as razões que julga suficientes para permitirem uma exceção provisória, enquanto durarem as razões apontadas.

Quanto aos restos de preconceitos anarquistas, por amor à verdade convimos em que é possível

p.16

existirem no seio do Partido, o que aliás se explica facilmente pelo fato da anterior predominância – podemos dizer exclusividade – do anarquismo no movimento revolucionário e operário do Brasil, de onde saíram os camaradas de hoje. Não menos verdade é porém que os elementos de mais destaque, os melhores militantes de nosso partido, vindos embora do anarquismo, se acham totalmente livres de tais preconceitos e grandes esforços têm empregado na reeducação comunista dos demais aderentes do Partido, em sua quase totalidade aliás proletários autênticos. Apreciáveis resultados se têm obtidos já, neste sentido, como o atestam nossa revista e nossas edições, que agora

iniciamos sistematicamente (com o *Programa Comunista*, de Bukharin). Igualmente temos realizado – como nos tem sido possível nas circunstâncias anormais já apontadas – cursos e leituras coletivas e comentadas de obras comunistas, o que muito tem contribuído para desfazer as confusões ideológicas porventura ainda existentes em nosso seio.

A resolução do Executivo critica a nossa “estrutura descentralizada” (evidentemente por erro de cópia, fala a resolução, – cópia trazida pelo camarada Canellas – em “estrutura centralizada”). A este respeito temos a dizer que a estrutura de nosso partido, estabelecida segundo o modelo argentino (nossos estatutos são uma adaptação dos estatutos do P. C. Argentino), obedece a um critério o mais possível centralizador, tendo-se em vista as peculiares condições geográficas do país. A Direção do Partido é realizada por uma Comissão Central Executiva – (C.C.E.) composta de 10

p.17

membros, 5 titulares e 5 suplentes eleitos em Congresso.

Não é pois exata a informação de Canellas quando escreveu, em sua réplica à resolução do Executivo, que nosso partido é dirigido por uma comissão executiva de 3 membros. Engano esse incompreensível visto constar de nossos estatutos, que são do conhecimento de Canellas.

A C.C.E. conclui, das considerações acima, que a resolução do Executivo, em parte injusta e inexata em suas apreciações sobre o P. C. brasileiro, baseou-se, evidentemente: 1º em informações anteriores incompletas ou falseadas; 2º nas atitudes e opiniões errôneas de nosso delegado.

Estamos convictos de que o Executivo, tomando mais exato conhecimento sobre nossa organização e nossas atividades, outro conceito formará de nosso partido e em consequência admiti-lo-á como partido aderente efetivo da I.C., cuja causa defendemos, no Brasil, com as possibilidades de que dispomos, modestamente, mas com uma sincera e inquebrantável dedicação.

Esperamos, a cada momento (segundo comunicação que já recebemos) a vinda até aqui de um dos delegados do P. C. argentino ao IV Congresso, o qual, ao que supomos, trará um mandato especial do Executivo para o fim de entender-se diretamente conosco.

Contamos assim que dentro em breve totalmente desfeitos estarão os mal entendidos artificialmente criados, no Executivo, a nosso respeito.

Sobre as atitudes e opiniões sustentadas em Moscou pelo camarada Antonio Canellas, acreditamos sinceramente não terem sido elas ditadas

por espírito de má fé calculada, porém antes por uma natural insuficiência de cultura doutrinária e de conhecimento mais preciso e direto sobre a própria vida do partido que representava e ainda, em parte, convém dizê-lo, por seu temperamento excessivamente irritadiço.

Ao camarada Canellas queremos significar não nos mover, no que aí fica dito, nenhuma intenção de desconsideração pessoal, mas unicamente o dever comunista, perante a Internacional e perante ele próprio, de dizer as coisas com a maior lealdade e franqueza. Estamos certos de que seu bom senso acabará reagindo eficazmente sobre seu espírito e ele, sem preconceituosos melindres pessoais, se mantenha disciplinadamente, como bom soldado da I.C., a prestar a nosso partido o concurso de sua atividade e de sua inteligência.

Ao Executivo da I.C., finalmente, a C.C.E. reafirma, com a mais profunda convicção, a absoluta solidariedade e disciplina internacional do P.C. brasileiro, modesta mas consciente fração do grande exército revolucionário mundial.

IV – A prisão de Canellas

Exatamente por esse tempo, quando a C.C.E. ultimava seus debates em torno do Relatório de Canellas, tiveram início as perseguições policiais contra o P.C. Vários camaradas foram sucessiva ou simultaneamente presos, suas residências varejadas, confiscados o *stock* de livros, os materiais e o arquivo da C.C.E. Entre os detidos pela polícia figurava Canellas.

Pois o cidadão Canellas, por motivo dessa pri-

são ficou furiosíssimo contra a ... C.C.E.! Ele entendia, em sua alta importância, que a C.C.E. devia mobilizar todo o partido e arrastar todo o proletariado do Rio de Janeiro e circunvizinhanças para um assalto à Bastilha da rua da Relação, espatifando as grades que guardavam o grande homem... E desandou, lá de dentro, a descompor a C.C.E., porque esta, inerte e apavorada, não sabia cumprir semelhante dever. Durante cerca de três meses, que tanto foi o tempo do seu encarceramento, Canellas mandou para fora uma série de bilhetes, nos quais formulava acusações de todo tamanho contra a C.C.E.

Algumas de tais acusações eram graves e pesadas. Era preciso pô-las em pratos limpos. Assim, logo após liberto Canellas, a C.C.E. reuniu-se para tomar as deliberações que o caso exigia. E a deliberação tomada consistiu na suspensão temporária de Canellas. Reproduzimo-la a seguir.

V – Suspensão de Antonio Canellas

RESOLUÇÃO TOMADA NA SESSÃO DA C.C.E. REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1923

Em primeiro lugar, o camarada Octávio Brandão procedeu à leitura do seguinte relatório:

“Camaradas da C.C.E. – Encarregado de tratar do caso Canellas, passo a cumprir as determinações tomadas na última sessão. Por ocasião de sua estadia na Polícia Central, Canellas dirigiu a mim e a Peres vários bilhetes que, na sessão de 7 de setembro de 1923, foram considerados por ele, Canellas, de caráter oficial. Nesses bilhetes, que classifiquei, Canellas alegava:

p.20

1º - que Peres tirava o corpo fora (ver bilhete n. 1), baseando-se ele, Canellas, para isto, na palavra dos portadores (elementos suspeitos) dos bilhetes;

2º - que o Déa também tirava o corpo fora (bilhete n.1), baseando-se para isto na palavra de um sr. Damian, que com ele esteve preso na Central, a quem trata de “meu amigo”;

3º - que não foi ele que criou a situação em que se encontrava o P.C. (bilhete n.2);

4º - que se se repelia a proposta Damian é porque com efeito a prevenção contra ele era tão grande na Polícia Central quanto no seio do P.C. (bilhete n.2);

5º - que alguns forasteiros tinham escrito uma página de heroísmo que contrastava com o pouco expediente dos comunistas (bilhete n. 2);

Canellas, nesses mesmos bilhetes, acusava os comunistas:

1º - de desinteresse, passividade, falta de expediente (bilhete n. 2);

2º - de, no momento de sua prisão, terem tomado o caminho do “salve-se quem puder”;

3º - de terem violado os envelopes fechados que ele enviava a Rozendo (bilhete n. 2). Posteriormente, retirou essa acusação por julga-la infundada.

Canellas pede no bilhete n.1 que vá alguém falar com ele antes de sábado, bilhete recebido na sexta feira, à tarde, e diz “este aviso, saibam vocês, é um *ultimatum* improrrogável.”

Pergunta no bilhete n.1: “Então vocês estão todos mumificados?” Diz no bilhete n. 2: “Eu não sou covarde como muitos que estou vendo”.

p.21

Eis aí, camaradas da C.C.E., o que se continha nos ditos bilhetes.

Em seguida, após debate da questão, foi resolvido por unanimidade:

Visto Canellas, por seu estado de mórbida nervosidade irritadiça, não poder nunca sustentar um debate verbal, como ficou provado por mais de uma vez na C.C.E., esta, em sua sessão de 7 do corrente, resolveu encarregar Brandão de relatar literalmente as queixas e acusações contra a C.C.E., contidas em diversos bilhetes de Canellas, por este enviado da prisão e confirmados verbalmente após a sua soltura.

Tomando conhecimento do relatório de Brandão e das questões correlativas, anteriores e posteriores, a C.C.E. resolve:

1º – Não reconhecer fundamento em nenhuma de tais acusações e queixas. Há a considerar desde logo que não foi Canellas o único preso e que entre os comunistas com ele detidos pela Polícia figuravam mais dois membros da C.C.E. Nenhum dos outros presos – todos na mesma situação de Canellas – articulou qualquer acusação contra a C.C.E., sendo que um deles, Peres, esteve no mesmo cárcere com Canellas, durante um espaço de tempo quase igual. O partido e seu órgão dirigente fizeram pelos presos o que, na circunstância *podiam* fazer: tentar liberta-los pelos meios possíveis e ampara-los no cárcere, com o que era possível, comida e roupas (gastando-se nisso cerca de um conto de réis). Ao ter conhecimento da prisão de Canellas, a C.C.E. prevendo as perseguições que se seguiriam, tomou todas as providências possíveis para salvar o que era possível e havia tampo

p.22

e possibilidade de salvar. É absolutamente falso houvesse no partido, qualquer gritou de “salve-se quem puder”; a prova disso é que outros membros da C.C.E. (Astrojildo e Octávio), direta e reiteradamente avisados de que seriam pegados mantiveram-se em seu posto e foram finalmente presos também. A acusação de haverem membros da C.C.E. violado correspondência particular de Canellas vale por uma indignidade que a C.C.E. repele energicamente. O próprio Canellas aliás, com a mesma leviandade que a levantou, suspendeu, depois, semelhante acusação. Suas outras alegações e acusações não eram melhor fundadas. Em resumo: dada a situação concreta do Partido, no momento das perseguições policiais, a C.C.E. afirma, perante o Partido, que tomou, no caso, as únicas providências preventivas e de socorro que as circunstâncias permitiam.

2º - Canellas, na sessão de 7 do corrente, manifestou o propósito de demitir-se de membro da C.C.E. Esta resolve, porém, suspende-lo de membro do P.C. até a data de reunião do 2º Congresso do P.C., ao qual caberá resolver definitivamente o assunto. Esta resolução da C.C.E. foi tomada por unanimidade, depois de acurada ponderação e exame dos numerosos fatos e incidentes ocorridos entre Canellas e a C.C.E. desde a apresentação de seu relatório de delegado ao 4º Congresso da I.C. até às atuais alegações de Canellas quando preso, tempo esse durante o qual Canellas tem dado repetidas provas de indisciplina e ausência de espírito comunista.

p.23

VI – Pormenores e esclarecimentos

A resolução acima requer alguns esclarecimentos mais pormenorizados. Vejamos, por partes.

PROPOSTA DAMIAN – Canellas, no cárcere, fez amizade com um Sr. Damian, sírio ou turco, preso não sabemos por que motivo, mas presumidamente por delito comum. Pois esse cavalheiro, tão amigo de Canellas, tão interessado por sua soltura, propôs-nos o seguinte: conhecia um advogado, homem influente nas rodas governamentais, o qual poderia, *se quiséssemos*, “cavar” a liberdade do prisioneiro. *Se quiséssemos?... Sim, se quiséssemos* passar-lhes, ao tal advogado e ao tal Damian a quantia de dois contos de réis... Não era uma justa remuneração ao trabalho *profissional* do advogado, que se pedia ou convencionava, pois que o referido advogado se propunha a obter a liberdade de Canellas não pelos meios profissionais, legais – o que era impossível com a vigência do estado de sítio - mas pelos meios práticos tão comuns: “cavando”. A coisa nos pareceu, desde logo, um legítimo conto do vigário. Em todo caso, por desencargo de consciência, não desdenhamos da proposta. Se dispuséssemos dos dois contos de réis, é provável que os tivéssemos despendidos imediatamente. Cogitamos, pois, de arranjar o que fosse possível para tal fim. Um dos nossos, sócio da Associação Gráfica, apelou para esta em assembleia, contando o caso. A assembleia da Gráfica, de onde Canellas também é associado, deliberou correr listas de subscrição pelas oficinas. Nesse meio tempo foi Canellas posto em liberdade.

Pois por isso – porque não praticamos o he-

p.24

roísmo de empenhar a camisa do nosso corpo e arranjar imediatamente os dois contos de réis exigidos por seu “amigo” Damian – escreveu-nos Canellas que “a prevenção contra ele era tão grande na Polícia Central, quanto no seio do P. C.”⁶

“SALVE-SE QUEM PUDER!” – Para demonstração disso, transcrevemos abaixo a resolução tomada pela C.C.E., na hora mesma do maior perigo, e comunicada *a todos os aderentes* do P.C.:

“A C.C.E., examinando a situação criada em virtude das recentes perseguições policiais, determina a todos os camaradas:

1) – Sangue frio, confiança e disciplina. Nas circunstâncias atuais, qualquer manifestação exasperada – embora justíssima – viria agravar a situação difícil do P.C., sem melhorar a situação de nossos presos. Precisamos, pois, com sangue frio, confiança e disciplina, manter-nos firmes, sustentando nossa organização a todo custo.

2) - Os núcleos sindicais, que puderem re-

p.25

unir-se em suas respectivas sedes, deverão continuar suas reuniões com toda regularidade; os sem sindicatos e os outros, que não podem reunir-se em suas próprias sedes, deverão aguardar as necessárias instruções, procurando, até então, manter-se o mais possível em contato pessoal uns com os outros.

3) – Todos deverão manter regularmente o pagamento de suas mensalidades e bem assim concorrer com seus donativos para as listas de subscrição abertas; sabem todos que, além dos enormes prejuízos sofridos com a apreensão dos *stocks* de livros, o P.C. é forçado a despesas extraordinárias com os camaradas presos (alimentação, etc.); só a solidariedade efetiva de todos poderá fazer face a essas despesas.

4) – Faz-se ver a todos, por fim, que a C.C.E., em nada se tem descurado, tomando as medidas possíveis e úteis na ocasião. Convencidos de que mais vale, em circunstâncias como as atuais, a ação serena e quanto possível efetiva, do que a fanfarronada impotente e estéril, os membros da C.C.E. têm pautado sua atividade obedecendo a esse critério, e esperam de todos, sem exceção, que se mantenham com sangue frio, confiança e disciplina.

COVARDES... Um dos traços típicos do caráter de Canellas consiste em atribuir aos outros seus próprios defeitos e qualidades más. Canellas vivia apavorado, no

⁶Depois de escritas essas páginas, encontramos em *A Noite* de 5 de janeiro último a seguinte notícia policial: “A requerimento de Michel C. Koury, foi pelo juízo de direito da 4ª Vara Cível, ordenada a expedição de mandado de prisão contra Naman Damian, residente à rua Hilário de Gouveia n. 85, Copacabana, por ter se recusado a entregar os móveis, avaliados em 8:000\$000, de propriedade do requerente, conforme ação proposta perante o juiz referido”. Eis aí quem é o heróico forasteiro, Sr. Damian, amigo de Canellas...

cárcere, e chegava, por momentos, a verdadeiros delírios de perseguição, gritando que o queriam matar, que o queriam deportar para o Acre, para Mato Grosso, para o inferno... Além de seus famosos bilhetes, os camara-

p.26

das que estiveram com ele na cadeia dão testemunho dessas provas de grande bravura de Canellas. E, mal saído da cadeia, apressa-se o herói em dar a maior publicidade possível ao seu desligamento do P.C., das fileiras da Internacional Comunista, do grande exército proletário mundial em luta de vida e morte com a burguesia de todos os países... Já é coragem!

A SUSPENSÃO – Quando se reuniu a C.C.E. para deliberar sobre as queixas e acusações de Canellas, um de seus membros, justamente indignado, propôs logo uma resolução definitiva: a expulsão pura e simples. Tendo, embora, razões de sobra para isso, não quis, porém, a C.C.E. firmar a sanção extrema. Tendo em vista, que as circunstanciais anormais do momento não tinham permitido à massa de aderentes do P.C. um conhecimento amplo e preciso da série de incidentes suscitados pelo cidadão Canellas desde seu regresso da Rússia, entendeu a C.C.E. de deixar a um congresso do partido a solução definitiva do caso. Daí, a suspensão.

Uma prova a mais da extrema paciência, da completa isenção de ânimo com que agiram sempre os membros da C.C.E. em relação a Canellas.

VII – A publicação do Relatório

Por ocasião de ser preso, estava Canellas de posse dos originais do Relatório, a traduzi-los para o francês, cuja versão, acompanhada da resolução da C.C.E., devia ser enviada ao Executivo da I.C. A polícia, nas buscas efetuadas no quarto de Canellas, apreendeu grande parte daqueles origi-

p.27

nais. Solto o prisioneiro (em 30 de agosto), foi-lhe pedido, reiteradamente, que procurasse recompor o Relatório, visto a necessidade urgente de o enviar para Moscou. Respondendo sempre com evasivas, Canellas desculpava-se, dizendo que seus afazeres não lhe permitiam terminar o trabalho com a pressa requerida. Esperássemos mais algum tempo... E durante esse tempo, agosto a novembro, Canellas outra coisa não fazia, realmente, senão recompor, a toda a pressa, o Relatório – não para entrega-lo à C.C.E., como era de seu dever, mas para publica-lo por conta própria. Não lhe negamos o direito de o ter publicado; queremos, porém, frisar a velhacaria deliberada de seu procedimento, tapeando e mentindo à C.C.E., com a sonegação dos originais

reclamados, a pretexto da falta de tempo, quando esse tempo era precisamente empregado na recomposição e impressão do Relatório.

Tornado público o documento, em edição correta e argumentada, reuniu-se novamente a C.C.E., em 7 de dezembro último, deliberando então, por unanimidade, expulsar Canellas como desertor e traidor à Internacional Comunista. Uma nota, neste sentido, foi publicada na imprensa e comunicada a todos os Centros do P.C.

VIII – Desertor e traidor

Eis a nota acima citada, na qual se fez um rápido histórico de toda a questão:

“Em sessão de 6 de junho último, depois de laborioso, debatido e paciente exame do relatório apresentado por A. B. Canellas, a respeito de sua

p.28

missão ao IV Congresso da I.C., como delegado do Partido Comunista (S.B.I.C.), a C.C.E., discordando da maneira desastrada por que ali se houve Canellas, resolveu, como tinha o direito de o fazer, desaprovar a conduta e as atitudes de Canellas no referido Congresso e junto ao Executivo da I.C. Essa desaprovação, perfeitamente justa e justificada, não implicava, porém, em qualquer sanção política ou disciplinar contra Canellas, antes, ditada por um espírito de extrema tolerância e lealdade, terminava com um apelo cordial ao bom senso e à inteligência do mesmo.

Dias depois, Canellas e outros camaradas eram detidos pela polícia. Durante todo o tempo de seu encarceramento, Canellas – como os outros presos – recebeu da C.C.E. o apoio e a assistência possíveis em tais circunstâncias. Seu procedimento em relação à C.C.E. e ao P.C. foi, porém, então e posteriormente, impertinentíssimo e incorretíssimo. O caso aparecia como uma agravação intolerável dos incidentes anteriores, e a C.C.E., sem afastar-se no entanto do espírito de lealdade e paciência que sempre manteve na questão, entendeu de assumir uma atitude enérgica e tomar as sanções necessárias. Neste sentido, após duas reuniões, resolveu em sessão de 16 de setembro, suspender o cidadão A. B. Canellas de sua qualidade de membro do P.C. até à data em que se viesse a realizar nosso 2º Congresso, que decidiria soberana e definitivamente. A C.C.E. tinha o direito e sobravam-lhe motivos para desde logo excluir e não apenas suspender – o cidadão Canellas. Não o fez, porém, atendendo a que, devido às circunstâncias anormais do momento, não se achavam os

p.29

aderentes do P.C. suficientemente informados da questão. Mais uma demonstração da extrema tolerância e da inexcedível correção com que os membros da C.C.E. têm agido neste caso.

A tudo isso o cidadão Canellas acaba de responder com a publicação de seu relatório – cujos originais sonegou à C.C.E. – e mais adendos e anexos redigidos a seu modo e pelos quais se afirma desligado não só do P.C. como ainda da I.C. Sua alma, sua palma. Quer a guerra, terá a guerra. Assim, tomando conhecimento do caso, em sessão de 30 de novembro último, a C.C.E. resolveu:

1) Considerar o cidadão Antonio Bernardo Canellas não apenas “demitido”, como ele se presume, mas expulso definitivamente das fileiras do Partido Comunista (S.B.I.C.), como desertor dos exércitos da Internacional Comunista, o que vale dizer como traidor da causa proletária;

2) Publicar, oportunamente, todas as peças e documentos relativos ao caso, acompanhados de uma exposição completa de todos os incidentes e questões suscitadas pelo mesmo;

3) Declarar, a propósito de certa publicação feita há dias pela imprensa: a C.C.E. cumprindo o que julgava de seu dever, gastou com o cidadão Canellas, durante o tempo de sua prisão a quantia de 466\$500, tendo recebido, como auxílio a essas despesas, a quantia de 115\$000, resultado da metade de uma subscrição aberta pela Associação Gráfica, sendo que a outra metade (115\$000) foi doada pessoalmente a Canellas. O desprendimento e a generosidade de sua nota à imprensa desistindo de um saldo, a seu favor, de 141\$500, existente na caixa da livraria do P.C., não passam, no fim de

p.30

contas, de pura fita. A C.C.E. não aceita esse dinheiro e assim o põe (141\$500), à disposição do comitê nacional do Socorro Operário Internacional, atualmente em vias de organização entre nós”.

IX – Elas por elas!

Até aqui a exposição serena e metódica dos fatos, desde os motivos que levaram a C.C.E. a indicar Antonio Canellas para nosso delegado ao IV Congresso da I.C. até aos motivos que determinaram sua expulsão do P.C. Dessa exposição ressaltam, de si mesmas evidentes, a correção, a seriedade, a paciência, diremos ainda: a cordura extrema, de que deram sobejas provas os membros da C.C.E. e os demais camaradas convidados a colaborar com ela no exame da questão. Essa atitude, bem se vê, nos põe a cavaleiro de qualquer suspeição ou paixão de ordem pessoal. Acreditamos ter cumprido o nosso dever, serenamente e ao mesmo tempo firmemente, até ao fim. A questão está,

pois, para nós, morta, liquidada, como liquidado e morto, para o movimento revolucionário consideramos o traidor, indigno e vil.

Mas é necessário dissecar este cadáver. É preciso desnuda-lo, rasgar-lhe o couro mau, desfibrar-lhe as carnes ruins, por-lhe as vísceras ao sol, espremer-lhe o fígado engorgitado de torpeza. Temos o punho rijo, e o ferro é de qualidade.

Elas por elas!

E, para começar, salientamos, desde logo, esses dois pontos:

1. As modificações feitas no Relatório. Canellas explica por que as fez. Grande parte dos origi-

p.31

nais primitivos extraviaram-se durante as peripécias decorrentes das perseguições policiais. Assim, diz ele, “preferi fazer um trabalho inteiramente refundido – semelhante ao original no espírito e na forma, tanto quanto me permitisse a memória. Aliás, como tinha de apresentar uma redação ordenada e definitiva do Relatório, dou como tal o que aí está”. (pag. 67, em nota). Além disso, a brochura publicada – *Relatório da “Delegacia”* (sic) à *Rússia* – contém, ademais da matéria propriamente constante do Relatório, um prefácio, uma introdução e uma última parte referente ao dissídio com a C.C.E. Servir-nos-emos, pois, daqui por diante, do texto da brochura publicada, bem como, em alguns casos, da vasta correspondência de Canellas, em nosso poder, para nós enviada de Paris, de Berlim e de Moscou.

2. A nulidade documental do Relatório. A não serem a resolução do Executivo sobre nosso partido e a correspondente réplica de Canellas, tudo o mais está completamente vazio de qualquer documentação. Tudo palavras. Vê-se mesmo, a pgs. 72-73, sempre naquele tom peculiar de “self-sufficiency”, uma referência ao testemunho de “um camarada sério e de responsabilidade”, isto é “o camarada húngaro R...” R...? Por que não veio a lume o nome todo desse “camarada sério e de responsabilidade”? Testemunho demasiado vago, de veracidade por isso mesmo suspeitíssima... Ora, a C.C.E., no exame do Relatório e na resolução a adotar sobre mesmo, não podia, honestamente, para formular um juízo seguro e exato, “basear-se na prosa”, somente na prosa de Canellas. Assim procedemos, divergindo das atitudes e opiniões de

p.32

nosso representante, como aliás era de nosso direito, em qualquer circunstância, porém baseados no conhecimento, que tínhamos e temos, dos fatos, mesmo distante deles.

X – É sempre assim

Mania inveterada de todo patife: atribuir a outrem os próprios defeitos e atribuir a si próprio as virtudes alheias. Assim é Canellas. A nós outros da C.C.E., como aos leaders da então Esquerda francesa, como aos delegados da Argentina e do Uruguai, e mais ou menos a toda gente – *exceto os russos* – procura ele, insistentemente, cobrir com feio labéu de “cortesãos” do poder, acusando-nos ainda, por vezes, e aliás contraditoriamente, de imbuídos de “caudilhismo” – que é “um mal de que padecem os meios operários, de todo continente sul-americano” (pag. 22, nota).

Ora, esse é precisamente um dos mais graves males de que padece o “phénomene de l’Amerique du Sud” – o mal do caudilhismo. Suas atitudes perante a C.C.E. são sintomáticas. Com efeito, que significação outra que não essa tem aquele seu gesto imperativo, exigindo da C.C.E. aprovação incondicional a seus atos e ainda por cima um voto de confiança? Que significa semelhante exigência senão a pretensão de submeter os outros à sua vontade pessoal? Pretensão típica de legítimo caudilho.

Canellas não é homem capaz de trabalhar em comum com pessoa alguma. Ele sente-se deslocado, contrafeito, constrangido em qualquer reunião ou assembleia onde sua posição não seja supe-

p.33

rior à dos demais. É incapaz de discutir, de travar debate, de sustentar controvérsia. O que ele deseja é que os demais se coloquem às suas ordens, fazendo somente o que ele pensa e determina. Não admite interferência alheia em seus planos mirabolantes. Um exemplo disso tivemos com a livraria do partido. Chegado ao Rio, de regresso da Rússia, uma de suas primeiras preocupações consistiu em elaborar um vasto plano para o serviço de edições do P.C. Fazia parte do plano esta condição: absoluta autoridade dele, Canellas, em todos os negócios editoriais. – “Serei o ditador da livraria!”, acentuava, com aquele seu sorriso dúbio e aquele seu olhar velhaco. Na falta de outro, e ainda crentes em sua seriedade, aceitamos o plano, em linhas gerais, concedendo-lhe uma relativa autonomia – visto que autonomia absoluta, como a queria ele, não era admissível, e de resto levávamos à conta de pilheria seus propósitos ditatoriais. E afinal o plano grandioso – modelo do “ativismo” fenomênico – deu em droga; a livraria e o livreiro-ditador foram parar nos porões da polícia, ocasionando ao P.C. um prejuízo de cerca de dez contos de réis...

Distribuindo a granel o epíteto de cortesãos, aplicado aos outros, Canellas demonstra, no entanto, em mais de um trecho de sua brochura, o espírito de baixa e mal disfarçada cortesãnice, que de fato o anima a ele. Citemos. Página 40, em nota: “Aos camaradas russos (devo declarar que todas essas críticas não se endereçam a eles) pode

parecer extremamente injusta a expressão de cortesãos...” Página 55: “A boa fé dos camaradas russos impede percebam eles essas tramas indignas, que

p.34

só podem prejudicar o desenvolvimento da Internacional Comunista. Disso não são eles, todavia, culpados, porque não se pode exigir desempenhem eles todos os encargos da direção e do funcionamento interno da Internacional. Há que apelar para o concurso dos camaradas dos outros partidos, mas estes – salvo exceções honrosas como Katayama, Clara Zetkin, Racosi, Kolaroff e alguns outros mais – não têm produzido homens da estatura revolucionária dos russos”. Referindo-se às causas da série de incidentes ocorridos no desempenho de sua “delegacia”, faz Canellas mais uma zumbaia aos “camaradas russos”, exculpando-os de todo pecado: “... tais causas, vê-se bem, independeram tanto da minha vontade como da dos camaradas russos – elas foram obra de terceiros...” (página 71). Já no prefácio da brochura, explicando porque publicava o Relatório e porque rompia com o P.C., colocando-se numa “posição independente”, seu cortesanismo transparece, indisfarçável, com a declaração de que isso “em nada altera” seu “devotamento à Revolução Russa” nem a sua “admiração à obra dos bolchevistas”, com os quais “mais uma vez” se “manifesta solidário”.

O que principalmente caracteriza o espírito de cortesanice é a insinceridade das atitudes de prostração diante do poder. Ora, essa insinceridade é patentíssima em todos esses elogios e declarações lealistas de Canellas em relação aos russos. Com efeito, como conciliar tais e tão repetidas manifestações de solidariedade, admiração e devotamento à obra dos “camaradas russos”, com os ataques, insídias e falsidades articulados contra a Internacional Comunista, cuja organização consti-

p. 35

tui precisamente uma das mais altas obras revolucionárias realizadas pelos russos ? Insinceridade pura e simples. Diz um brocardo: “um amigo de meu amigo meu amigo é”; a inversa não seria menos verdadeira: “o inimigo de meu amigo meu inimigo é”. Inimigo odioso e mesquinho dos amigos dos russos, inimigo, por isso mesmo, é Canellas, de fato, dos bolchevistas russos. E inimigo da pior espécie, daqueles que se cobrem com a capa de falso amigo. Note-se ainda: os comunistas da Rússia são os únicos, no mundo, que estão no poder. Para eles, pois, todos os protestos de veneração; para os demais, que não estão no poder, que são perseguidos e guerreados pela burguesia de todos os países, o apodo, a injúria, a guerra. Que diabo significa isto senão o mais autêntico e mais acabado cortesanismo?

XI – Duplicidade. Mentira. Mistificação

Nessas três palavras, completando-se entre si, encontramos o sentido e a expressão de um dos traços mais salientes da psicologia do “phenomene”. Não é difícil comprova-lo.

Em carta datada de Moscou, em 21 de novembro, quando o Congresso da I.C. ia já em mais de metade de suas sessões, escrevia-nos Canellas: “Estou muito contente...” Note-se bem: não apenas contente, simplesmente contente, mas “muito” contente. Dias depois, em nova carta dirigida a um dos nossos e datada de 6 de dezembro, já ele não estava mais contente, pelo contrário: “Pessoalmente, estou muito desgostoso e muito mal impressionado. Mas não diga nada aos camaradas. Não convém

p.36

mesmo, talvez, lhes mostrar essa carta”. Por que sonegar-lhes a carta?

A respeito das estatísticas referentes ao número de membros do nosso P.C., os alvires de Canellas são sintomáticos. De Berlim a caminho da Rússia, insistia ele, em carta de 24 de setembro: “O Partido precisa já e já arregimentar 5.000 aderentes. Pouco importa que 4.500 dentre eles não paguem ou sirvam de pouca coisa; mas o essencial é que possamos dizer: temos 5.000 membros. Depois, à medida de novas adesões, far-se-á o expurgo”. Mentira, mistificação, bluff... Seu desejo era chegar a Moscou e exclaimar: “Temos 5.000 membros! Por consequência, eu, Antonio Bernardo Canellas, represento aqui uma força considerável! Estão vocês ouvindo? Eu sou de fato um “phénomene”, pois que “la-bas” na minha terra, que tem palmeiras onde canta o sabiá, existe um exército de 5.000 comunistas prontos para o que der e vier, e do qual sou eu, Antonio Bernardo, o generalíssimo, supremíssimo!” Como, porém, o Partido não possuía 5.000 membros, ele baixou um tanto a crista e riscou um zero – que nada é – à direita: deu-nos 500 aderentes. Mas ainda aqui mentindo, mentindo convictamente. Na resolução votada pela C.C.E. explicamos as razões que nos não permitiam sabermos quantos éramos, ao certo, na ocasião. Ao invés de falar verdade, preferiu Canellas apresentar, peremptoriamente, em seu relatório ao Executivo, a “cifra de 500 aderentes” – “muito embora (palavras textuais, pag. 50 da brochura) estivesse intimamente convencido de que ela estava abaixo da realidade”. De outra carta de Moscou (11 de dezembro): “É absolutamente ne-

p.37

cessário que *cavemos* (grifo é nosso) um milheiro de aderentes. E enquanto não tivéssemos “cavado” esse milheiro, deveríamos mentir, mistificar: as estatísticas

precisas, só as deveríamos enviar para o Executivo “quando os efetivos do Partido ultrapassassem ou estivessem perto de 1000” (mesma carta).

Outro ponto. Sobre a organização da I.C. lê-se isto, na brochura, pag. 44: “Eu, como todos neófitos do comunismo, fazia uma ideia demasiado lisonjeira da organização da Internacional Comunista e das faculdades de julgamento e de apreciação dos seus dirigentes. Logo aos primeiros dias, porém, pude verificar não ser tanto assim: a organização da Internacional apresenta bastantes falhas e os seus dirigentes, seja por excesso de preocupações, por insuficiência ou por esfalfamento, não conservam sempre a necessária clarividência e elevação de espírito perante as questões que lhes são propostas.” Ao lermos isto, acode-nos logo a seguinte observação: que os dirigentes da I.C., em sua maioria, são russos; onde, mais uma vez, encontramos prova da insinceridade – por consequência, da cortesanice – de Canellas, quando, a cada passo, se desfaz em rapapés perante os “camaradas russos”, que nunca são culpados de nada. Mas peguemos o mentiroso pela gola. Aqui aportado, de regresso, seu primeiro escrito, publicado no *Movimento Comunista* (n.16, 10 de fevereiro de 1923), versou precisamente sobre o “Comintern”. Um ditirambo. Vejamos alguns trechos. “ O Comintern é na época presente o quartel general das forças revolucionárias de todo o mundo, a única organização socialista verdadeiramente revolucioná-

p.38

ria e digna de respeito”. – “Só o Comintern, só a Internacional Comunista está à altura da situação e tem uma compreensão exata das necessidades da luta revolucionária. Só a Internacional Comunista possui um programa, a coesão e os elementos indispensáveis para fazer face vantajosamente à burguesia” – “Que atividade prodigiosa! Que fé! Que inteligência! No edifício do Comintern, em Moscou, trabalha em permanência um estado-maior aguerrido, que está ao par do movimento revolucionário de todos os países da terra...” – “E este organismo revolucionário é o único eficiente porque é o único que possui uma coesão doutrinária, uma disciplina e um programa”. Em Moscou, “militam os obreiros inteligentes do Comintern que tenazmente vão tecendo e apertando os laços de união internacional de todas as forças revolucionárias...” – “O proletariado russo mantém esta organização, orgulha-se dela...” Como se vê, isto briga irreconciliavelmente com aquilo. O Comintern não pode ser, ao mesmo tempo, esta maravilha do artigo e aquela organização nem “tanto assim”, tão cheia de falhas, do Relatório. Onde a verdade e onde a mentira? Se isto é verdade, aquilo é mentira. Se a verdade é aquilo, a mentira é isto. De qualquer forma, porém, teremos que concluir, irrecorrivelmente, que a mentira foi dita e escrita, no artigo ou no Relatório. Não a fugir, não a tergiversar, não a sofismar: Canellas mentiu, falsificou a verdade, procurou mistificar-nos. É patente, visível, definitivo.

Outro ponto mais. Da brochura, página 14, “Cheguei a Moskova. Depois das indispensáveis formalidades administrativas, fui alojado no hotel

destinado aos delegados estrangeiros. Pois bem: era de esperar que os órgãos diretivos, ou, mesmo, os sub-organismos diretores da Internacional, ao terem conhecimento da chegada, à Rússia, do enviado de um país que até então não tinha ainda tomado contato com a Internacional Comunista, procurassem vê-lo, falar-lhe, pedir-lhe informações e, enfim, travar com ele um conhecimento pessoal direto. Porém nada disto sucedeu.” Na seção da C.C.E. em que ultimou a leitura do Relatório, respondendo a certas interpelações, Canellas repetiu peremptoriamente, (notas para a ata): “que não recebeu pedidos de informações dos órgãos autorizados do Executivo, nem estímulo e nem apoio”. Isso estranhou-nos, porque suponhamos precisamente o contrário, baseados que estávamos nas cartas por nós recebidas do delegado. Na primeira delas enviada de Moscou (12 de outubro) dizia-nos ele: “Cheguei enfim. E pus-me logo ao trabalho. Foi bom que eu viesse com antecedência porque havia muito trabalho a fazer. Sem possuir documentos nem notas, tenho de escrever sobre toda espécie das coisas, informar sobre tudo, dar parecer sobre as questões mais esdrúxulas e os detalhes mais íntimos. É preciso que eu escreva sobre a composição étnica do Brasil, o movimento econômico e o desenvolvimento das indústrias, as tendências dos partidos burgueses, as características das personalidades políticas – uma verdadeira descoberta do Brasil”. Noutra carta, datada de 31 de outubro: “Eu tenho de escrever aqui sobre vários assuntos, sem ter à mão nenhum dado estatístico que possa ilustrar os meus trabalhos.” E mais, na mesma carta: Os meus trabalhos estão

sendo traduzidos em russo, inglês, alemão e tchecoslovaco. A *Ruda Pravda*, de Praga, vai publicar essa minha dissertação sobre a agricultura” (da qual nos enviou Canellas uma cópia). A contradição ressalta, flagrante, da comparação dos termos do Relatório com os termos das cartas. Este último pormenor, principalmente, é muito significativo. Se os dirigentes do Comintern “não se preocuparam absolutamente” (pag. 15 da brochura) com o representante do P.C. brasileiro, que deles não recebeu “nem estímulo, nem apoio”, que ficou “abandonado” à sua “própria iniciativa” (pag. 14 da brochura), vendo-se na “perspectiva de ficar para ali vegetar, no meio do desinteresse geral” (página 19 da brochura), como se compreende, com efeito, que seus trabalhos, tão numerosos, variados e até “esdrúxulos”, fossem “traduzidos em russo, inglês, alemão e tchecoslovaco”? E como explicar semelhante despreocupação da *Ruda Pravda*, órgão

de um dos mais poderosos partidos comunistas do mundo, em publicar sua “dissertação sobre a agricultura” com a qual o grafomaníaco encheu nada menos de 13 longas laudas datilografadas? Sempre a duplicidade, a mentira, a mistificação...

Passemos, porém, adiante. O ferro está afiado.

XII – Como a água benta...

A impressão primeira, imediata, dominante, central, que deixa, de si, a leitura do *Relatório da “Delegacia”* (sic) à Rússia, pode ser assim classificada: presunção, mais presunção e ainda presunção. É delirante...

p.41

Já deixamos dito, páginas atrás, que circunstâncias e motivos nos levaram a acreditar Canellas como delegado do P.C. brasileiro ao IV Congresso da I.C. Veja-se, porém, como conta ele a coisa, na *Introdução* escrita para a brochura. É de se lhe tirar o chapéu. Lá está, logo de início (pag. 5): “A ideia de uma viagem à Rússia ocorreu-me... pelos anos de 1919-1920. Era preciso estabelecer uma ligação efetiva entre a organização operária do Brasil e as organizações congêneres da Europa. Seria, porém, rematada tolice esperar que “a iniciativa de uma ligação desta ordem partisse das organizações operárias então existentes” (pag. 5). Daquela rematada tolice nasceu a ideia maravilhosa. Esta consistia em fazer-se ele, Canellas, por sua “iniciativa própria”, o cabo da ligação necessária. E esta, pensou ele, só poderia estabelecer-se, de fato, por intermédio da III Internacional. Daí a resolução, incontestavelmente lógica: “Foi, pois, no propósito de tomar contato com a III Internacional, que em Setembro (sic!) de 1920, empreendi a minha segunda viagem à Europa” (pag. 6). E a viagem foi feita, do Rio a Paris. Primeira etapa vencida na “marcha *nach Moskau*”. Todavia, chegando a Paris, houve que marcar passo. Não o passo de ganso, *nach Moskau!* mas, muito brasileiroamente, o trote de sendeiro obstinado. E os meses passavam, um atrás do outro, segundo as regras imutáveis do calendário...

Contudo, “nesses entrementes, uma transformação considerável se operara no estado do movimento operário no Brasil” (pag. 7). Perfeitamente exato. “Um certo número de militantes anarquistas, separando-se da corrente que começava a

p.42

atacar os bolcheviques russos, formaram os primeiros agrupamentos de onde, mais tarde, deveria surgir o Partido Comunista do Brasil” (idem, idem). Exatíssimo. “Por conseguinte”, concluiu Canellas, “eu já não estava só”. Por conseguinte!

Evidentemente! “Havia no Brasil um movimento que tendia para o mesmo fim que eu visava, isto é, a ligação com a Terceira Internacional Comunista de Moscou. Diante desta, já eu não apareceria como um elemento isolado, e sim como o representante de uma tendência do movimento operário do Brasil” (pag. 7). Evidentemente! Por conseguinte!

Até aí, a presunção, o pernosticismo delirantes. Repitamos, agora, ainda uma vez, a verdade verdadeira, que é tão simples. O Partido Comunista do Brasil organizou-se aqui, longe de Canellas, sem o concurso de Canellas, sem que nos prestasse Canellas qualquer ajuda espécie de ajuda, como se Canellas nem sequer existisse neste mundo. Não fora a intervenção pessoal do camarada Astrojildo, iludido em sua boa fé com a amizade de Canellas e este nem mesmo seria contado como membro do Partido. Ficaria só e isolado, em Paris, nem iria a Moscou na qualidade de representante nosso, porque ele não representava, por si mesmo, coisa alguma, e porque, se foi a Moscou, fê-lo com o nosso dinheiro e nada mais... Já explicamos que a razão, principal determinante da indicação de Canellas foi o pouco dinheiro, de que então dispúnhamos, e a escassez de tempo, que supúnhamos mediasse entre a realização do nosso Congresso, em março, e a reunião do IV Congresso da I.C., geralmente esperada para julho seguinte. Tivéssemos

p.43

nós, na ocasião, o dinheiro suficiente, e contássemos com o IV Congresso em novembro e não em julho, e teríamos enviado daqui diretamente, um delegado que verdadeiramente nos representasse, com o apoio e a confiança de todos. Canellas não teria ido à Rússia, porque havia, no Partido, muitos elementos dos quais não merecia ele nem apoio nem confiança. Verificamos, agora, que esses elementos contrários à indicação de Canellas tinham toda a razão e que foi um grave erro da C.C.E. acreditar-lo como nosso representante. Era preferível não termos mandado ninguém ao IV Congresso. Mas a lição há de aproveitar-nos.

E nisto se resume, verdadeiramente, a história da malograda e desastrosa “delegacia” à Rússia. O resto é pretensão e pedanteria do “phénomene”.

Mas este capítulo é fértil. Continuemos.

Por exemplo, o tom professoral dessa apreciação, exarada em carta de Moscou (11 de dezembro): “Achei muito bons os ns. as publicações 9, 10 e 11 da revista (*Movimento Comunista*). Vejo que vocês estão fazendo progressos consideráveis no terreno da dialética marxista”. Veremos, mais adiante, que o pobre diabo nem sequer compreende o que seja a “dialética marxista”.

Ao explicar, a seu modo, o dissídio cavado, por sua própria inépcia pavoneante, entre ele e a C.C.E., Canellas contrapõe, à “inércia” desta última, seu fenomenal “ativismo”. Por “temperamento” e por “educação”, dá-se o caso de ser ele “ativista a todo transe” (pag. 69) e daí suas atividades no IV Congresso, aliás com o intuito de servir aos desejos dos bolchevistas russos (e somos

nós os cortesãos!) os quais querem ver nos congressos da I.C. “participantes ativos” (pag. 70). Não há dúvida. Mas nisso vai apenas meia verdade. Nossos congressos, nacionais ou internacionais, necessitam, com efeito, de participantes ativos; porém, não basta que sejam só ativos, eles devem ser também, além de ativos, capazes. Esta a qualidade, essencial, que faltou completamente a Canellas. Mesmo o auto-buzinado “ativismo” é coisa muito discutível. Ele se resume na faculdade de traçar planos mirabolantes, que por fim dão sempre em água de barrela. A tal “campanha da Ruche”. Muito reclame, muita fita, muita parolagem. Resultado? Nenhum! A “ditadura da livraria”, a que já nos referimos. Plano grandioso. E este final irremediável: livros e livreiro nos porões da polícia, e um prejuízo total para o Partido. A “delegacia” à Rússia, ideia chocada durante dois anos, acabou como vimos e estamos vendo. Conversa fiada, o tal ativismo. E conversa fiada por duas razões decisivas: 1. porque falta a Canellas capacidade cultural e espírito de continuidade. 2. porque seu “ativismo” é uma coisa febricitante, desequilibrada, egolátrica. Fosse ele menos pretensioso e mais estudioso, trabalhasse com ordem e método, e sobretudo fosse capaz de trabalhar em comum e de acordo com outrem, seu ativismo seria aproveitável e fecundo. Tal qual se há manifestado até hoje, não vale dois corações, do ponto de vista das realizações práticas e sólidas. Assim tem sido e assim há de ser sempre, porque a moléstia não tem cura: Canellas está convencido, de pedra e cal, que é um gênio, e não há força no mundo que lhe extirpe dos cascos. É Lênin na

Rússia e ele no Brasil. Todos os demais comunistas do mundo são uma sucia de mediocridades.

Para Canellas, “o movimento operário francês não possui nesse momento um homem assaz conscientemente compenetrado da mentalidade do operariado francês e que possua a necessária sagacidade e energia” (pag. 35) para levar por bom caminho o P. C. francês. No entanto, “isso” não lhe parece “coisa de todo impossível”, porém não julga que o possa realizar “nenhuma das mediocridades que o acaso das lutas de tendências colocou à frente do Partido Comunista francês” (pag. 36). Contra a opinião da Internacional em peso, que apoiava os “leaders” da Esquerda Francesa, Antonio Bernardo “dizia”, do alto de sua importância, “que na esquerda não havia elementos com capacidade bastante para dirigir o Partido” (pag. 34). Souvarine, Rosmer, Treint... um bando de cretinos e patifes: é o que de menos se lê na brochura, a respeito desses camaradas. Opinião, de resto, perfeitamente de acordo com a opinião da burguesia francesa e de todos os traidores do Centro e da Direita, como de todos os inimigos da revolução russa. Opinião, ainda mais, que apenas denota uma ignorância completa e absoluta da situação revolucionária na França, conforme teremos ocasião de ver.

Mesmo na Rússia e também acerca dos russos – apesar de suas públicas declarações de admiração pelos “camaradas russos” – o genial “phénomene” muito reparo teve a fazer. Pessoalmente, em segredo, revelou-nos ele, mais de uma vez, suas impressões: - Trotsky? nem tanto assim... Zinoviev? Uma personalidade, sem dúvida.

p. 46

mas, que diabo! vocês não devem exagerar... Losovsky? ora, uma mediocridade...

Mas onde a “self-sufficiency” de Canellas aparece, com a mais tranquila convicção, é quando ele conta porque votou contra o projeto Eberlein, de nova organização estrutural da I.C. (pag. 28): ... “tendo eu discordado de alguns pontos desse projeto (que achei excelente em quase todos os detalhes)” ... Nada de mais que qualquer um tenha discordado, em parte ou no todo, do referido projeto; mas o que ressalta aí é a presunção com que a coisa é dita. Igualmente, quando se tratou da resolução do Congresso sobre a questão francesa, não menos ridícula, por pretensiosa e pernóstica, é sua manifestação de divergência: ... “eu divergia da opinião de muitos – inclusive de todo o Executivo da Internacional”... Isto é, divergia de, entre outros, Lênin, Trotsky, Zinoviev, Bukharin, Radek... Oh! “le phénomène de l’Amérique du Sud”!

Foi, pois, assim, cheio de vento, que para aqui regressou Canellas, com a tenção decidida de nos tapear a todos com sua parolagem, levando-nos a aprovar suas patadas e ainda por cima a renovar nossa confiança nele. Para isso, de todos os processos lançou mão: desde as insinuações jeitosas e as reticências pérfidas até às ameaças e às injúrias. O apêndice final da brochura dá uma ideia das atitudes ora soezes, ora enfatuadas, por ele mantidas nas reuniões da C.C.E. Redigindo ele próprio um projeto de resolução sobre o Relatório – isto é: a parte em causa ditando aos juízes os termos do julgamento – estabeleceu Canellas a aceitação de seu projeto como condição *sine qua*

p.47

non de qualquer entendimento entre nós. E que nós não tivéssemos ilusões! Porque – “ou os meus camaradas da C.C.E. do Partido concordariam, comigo,... ou eu os deixaria sozinhos” (pag. 75). É certo que o fulano, magnanimamente, declarou estar pronto a aceitar uma tantas modificações de forma, que entendêssemos de fazer, em seu projeto,

“contanto que o seu espírito fosse respeitado” (pag. 78). Neste sentido, escreve ele, “estava eu disposto a fazer o máximo de concessões possível”... (mesma página). Tem até graça: concessões de que? que espécie de concessões? que diabo possuía Canellas para conceder-nos a nós? Sua fenomenal genialidade? Com franqueza: nada valia ela a nossos olhos. Seu prestígio nos meios operários? Zero mais zero mais zero... mesmo até ao infinito, é sempre igual a zero. O “máximo de concessões”! Ora, Bernardo, tira o cavalo da chuva... Sem deixar-nos levar pelos cantos da sereia, nem amedrontar-nos pelas ameaças do canino, repelimos seu projeto, que nada tinha com o caso, e redigimos, discutimos e adotamos outro, como entendemos e nos pareceu mais justo. Escreve ele: “Contra sua aceitação me manifestei formalmente, declarando que toda colaboração com os demais membros da C.C.E. me repugnaria caso viesse ela a ser aceita”. Não está bem assim, cabrocha: a nós outros é que repugnava a colaboração de um melindroso histórico, sujeito a chilikues intempestivos e vergonhosos...

XIII – Gralha com penas de pavão

“O que caracteriza a ciência vulgar, ou os homens vulgares, é que eles acreditam poder falar

p.48

ou mesmo escrever – sobretudo escrever – sem nada saber. É essa, mesmo, a definição do jornalista burguês, - infelizmente também até do jornalista socialista. É costume dizer-se: o deputado é um homem que não lê, mas que escreve cartas. Pode definir-se o jornalista assim: um homem que não lê, ou que não sabe grande coisa, mas que escreve sobre todos os assuntos”. Estas palavras de Rappoport parece terem sido escritas para definir o grafomaníaco Antonio Bernardo. São-lhe de uma justeza de luva. Canellas não lê nada, - exceto *A Maçã* ou o *Merle Blanc*, - não estuda, não sabe grande coisa, mas escreve desmedidamente, sobretudo acerca de coisas que ele ignora. A nosso ver, Canellas errou a vocação, fazendo-se militante revolucionário; ele deve dedicar-se ao grande jornalismo burguês. Não é difícil profetizar-lhe um êxito seguro, na imprensa graúda, onde sua grafomania, ao serviço do capitalismo, lhe dará fama e proveito. Bom proveito.

Certo, o comunismo nada tem que ver com o cientificismo. Não confundamos. Um partido comunista não é uma academia. Um operário ou camponês analfabeto, sem ser um teórico do marxismo, poderá ser um ótimo soldado da Internacional Comunista. Mas daí a desprezar o estudo, a cultura teórica, e concluir que não é necessário estudar,

ler e reler, a distância é enorme – é cometer em sentido inverso, o mesmo erro. Fazer praça de ignorantismo, vem a ser uma demonstração de pedanteria perfeitamente semelhante à de fazer praça de cientificismo. Este é o caso de Canellas. Ele não lê, não estuda, mas pretende, apesar disso, saber tudo e de tudo, e so-

p.49

bre tudo pretender dar ser parecer. Como ele não é advinho, o resultado é que, fiando-se apenas em sua pretensa “intuição revolucionária”, desanda por paus e por pedras, e escreve asneiras de todo o tamanho. De resto, o de que se trata, aqui, não é de exigir que cada um de nós se meta a estudar em geral, desde a matemática à filosofia. O que se exige dos comunistas em geral – e muito particularmente, já se deixa ver, de um dirigente, de um publicista do partido – é que estudem, pelo menos, o comunismo. E isso, precisamente, é o que não faz Canellas, que ignora completamente a literatura marxista, que nunca leu qualquer livro de Marx, de Engels, de Lênin, de Trotsky ou de Bukharin. Supondo-se um gênio, entende ele poder dispensar uma tal massada e prover-se apenas com a tal “intuição revolucionária”. Quer nos parecer, no entanto, que essa intuição revolucionária não faltava e não falta – pelo contrário! – a todos os grandes teóricos do marxismo, a começar pelos próprios Marx e Engels. Segundo a maneira de ver de Canellas, esses homens não precisavam de estudar. Ora, é sabido que todos eles passavam e passam a vida sobre os livros, que eram e são verdadeiros devoradores de bibliotecas, e é claro que, se o não fizessem, jamais teriam legado ao mundo operário a doutrina marxista. Lênin pode ser um gênio, mas – admitindo a hipótese – houvesse ficado a vegetar na aldeia natal, sem cultivar, pelo estudo, seu gênio, e não seria, absolutamente não seria o Lênin de hoje. Vamos supor – sempre por hipótese! – que Antonio Bernardo, como Lênin, é verdadeiramente um tipo de gênio: ignorante como é, jamais passará ele de

p.50

um simples e vulgaríssimo Canellas, parlapatão e pretencioso. E não admite que se lhe diga semelhante coisa – o que é o signo característico da presunção. O melindroso se destrambelha e é um faniquito pela certa. Pouco importa. Repetir-lho-emos. Pode, pois, por prevenção, preparar a água de flor de laranjeira...

Querendo justificar uma das tremendas cincadas contidas em sua resposta ao *Bolchévik* (ver pag. 29 da brochura: “considerando que o nosso gênero de socialismo é neutro no terreno moral”), escreve Canellas, muito convencido: “O marxismo ortodoxo (?) limita sua análise dos problemas humanos aos terrenos político e econômico...” (pag. 31). E segue-se uma moxinifada digressiva a cerca de moral e marxismo, que “por sua própria natureza” é “amoral e anti-idealístico”... Não queremos, de modo algum, alongar-nos a polemizar sobre o assunto, e limitamo-nos, por isso, a dizer que Bernardo,

se não fosse o ignorante que é, não escreveria asneira semelhante a essa apontada, porque saberia – coisa aliás tão fácil! – que Engels, para não citar outros, consagrou precisamente ao exame do “terreno” moral nada menos de dois capítulos inteiros de seu *Anti-Duhring*, ocupando 50 alentadas páginas de uma das obras fundamentais do marxismo.

Mas isso é nada ainda. Onde o pedante se esborracha, de modo irremediável, é quando opina sobre a “dialética marxista”. Referindo aos “pronunciamentos literários”, por meio dos quais fez, para assombro das mediocridades do IV Congresso, “uma verdadeira descoberta do Brasil”, escreve ele o seguinte (pag. 20): “As minhas produções, já

p.51

se vê, iam num estilo ligeiro, não eram desenvolvidas segundo a técnica marxista e sua respectiva terminologia...” – e mais este reforço ou esclarecimento em nota: “Essa terminologia tem-se requintado a tal ponto que hoje em dia, para se escrever qualquer coisa do agrado desses meticulosos puristas do marxismo, é mister fazer-se uma verdadeira tradução da linguagem usual para o dialeto marxista.” Que chorrilho de asnidades! É um prodígio – honra ao mérito! – é realmente um prodígio, esse de exprimir, em tão poucas palavras e de um modo assim tão desdenhosamente presumido, uma tamanha soma de tolices. Tentemos dissociá-las.

Canellas pensa que a “dialética marxista” é uma simples questão de forma, de terminologia, de maneira de escrever. Por isso fala ele em tradução, para o “dialeto” marxista, da linguagem usual... Não fosse o Bernardo o ignorantão pedante que é, e saberia, pela leitura, por exemplo, do já citado *Anti-Düring*, o que vem a ser “dialética marxista”. Igualmente dois capítulos inteiros encontramos, aí, nos quais Engels desenvolve, por miúdo, o conceito marxista da dialética: capítulo XII: *Dialética. Quantidade e qualidade*, e capítulo XIII: *Dialética. Negação da negação*. E que vem a ser essa tal dialética? Engels define-a numa frase: “A dialética é a própria ciência das leis gerais do movimento e da evolução da natureza, da sociedade humana e do pensamento.”⁷ Na in-

p.52

rodução com que o antecede, o tradutor do livro de Engels explica longamente “a significação da dialética marxista”⁸ Tradladamos um trecho decisivo: “A dialética é tão

⁷ Pag. 177 da edição francesa do *Anti-Düring*, tradução de E. Laskine: *Philosophie, Economie Polique, Socialisme*, Paris, Giard, 1911. Rappoport define o método dialético: “novo método de pensar”. Ver *Le Socialisme scientifique*, curso da “École du Propagandiste”.

⁸ Pags LXXXIII e XCVI.

essencial ao marxismo que Engels, em 1859, escrevia o seguinte, em referência à *Crítica da Economia Política*: “Nós temos a elaboração do método, que está na base da *Crítica* de Marx, como um resultado que apenas cede, em importância, à própria concepção materialista da história”. Esta dialética sempre foi, para os dois fundadores do socialismo científico, “a mais poderosa arma e o melhor instrumento de trabalho”; eles se felicitaram, sempre, pelo fato de a terem salvo do naufrágio da filosofia hegeliana, e atribuíram a maior parte dos erros de seus adversários precisamente à ignorância dessa dialética...”. Em suma. A dialética marxista que o “phénomene” supõe, em sua crassa ignorância, seja apenas uma desprezível chinezice de forma, de terminologia, é, muito ao contrário disso, o método básico, fundamental do socialismo científico, sem cujo conhecimento e aplicação não há comunismo possível. Não é uma técnica de “expressão”, como opina a gralha fenomenal, mas uma técnica de *compreensão* e de *interpretação*. Tal ou qual escrito pode estar vasado numa forma aparentemente dialética e seu con-

p.53

teúdo nada ter que ver com a dialética. Em sentido inverso, tal ou qual escrito, vasado numa forma mais possível terra-a-terra, pode ser um modelo de dialética. São assim feitos todos os escritos destinados à propaganda entre as grandes massas. Por exemplo o *A.B.C. do Comunismo* ou o *Programa Comunista* de Bukharin: haverá forma e estilo mais simples, mais transparentes, mais acessíveis que os desses livros? Segundo Canellas, nem um nem outro obedeceriam à “técnica” marxista... No entanto, eles são verdadeiros de dialética. Engels atribuía “a maior parte dos erros de seus adversários precisamente à ignorância desta dialética”. É o caso de Antonio Bernardo. Sua ignorância da dialética – parte de sua ignorância geral – leva-o a todos os erros, a todas as confusões e a todas as asneiras. Porque não há marxismo, não há comunismo fora da dialética.

Para terminar este capítulo, apontemos uma prova de fato, flagrante, incontroversível da superficialidade das afirmações de Canellas. É uma pequena prova sintomática.

Em sua réplica à resolução do Executivo da I.C. sobre o P.C. brasileiro, escreveu o desastrado representante do nosso Partido que este era dirigido por “uma Comissão Executiva, composta de *três membros*” (pag. 60; o grifo é nosso). Isso foi escrito, em documento oficial, no mês de dezembro de 1922. O P.C. brasileiro em março anterior. Os estatutos então adaptados consignam o número de membros da Comissão Central Executiva 5 titulares e 5 suplentes. Entre as pessoas eleitas para a C.C.E. figurou Canellas, o qual de

p.54

tudo teve comunicação, a tempo e a hora. Pois é o próprio Canellas, membro da C.C.E., quem vai afirmar, perante o Executivo da I.C., em documento oficial, que a C.C.E. de nosso Partido se compunha de *três* membros! Ora, que significa isso? Significa, visibilissimamente, que Antonio Canellas nem sequer leu os Estatutos de seu próprio partido, de cuja direção fazia parte... Por este dedo bem se pode calcular o tamanho do gigante.

XIV – Ainda a questão francesa

Absolutamente imperdoável é a ignorância completa, de que A. Canellas deu fartas provas, no IV Congresso, a respeito da chamada “questão francesa”. Já na resolução da C.C.E. sobre o Relatório, atrás reproduzida, deixamos expressa a estranheza que tal coisa nos causara. Tornemos ao assunto.

Quando se reuniu o IV Congresso da I.C., novembro de 1922, a questão dos conflitos e dissídios entre o P.C. francês e a I.C. datava já de mais de dois anos, durante os quais os debates travados a propósito foram interromptos, intensivos, amplíssimos. Centenas e centenas de artigos se escreveram, na imprensa comunista da França e de outros países, e inúmeros discursos se pronunciaram, sobre o assunto, nos congressos do partido, como nos Executivos ampliados e nos III e IV Congressos da I.C. Era uma questão hiper-super-ultra-debatida e discutida. Nós outros, daqui do Brasil, quase do outro lado do mundo, nós a havíamos acompanhado pormenorizadamente – podemos afirma-lo sem exagero. Só mesmo Canellas, viven-

p.55

do em Paris durante dois anos, no foco mesmo da contenda, com todos os elementos de estudo e informação ao alcance de suas mãos..., só mestre Canellas, completamente alheado ao debate que em derredor dele se travava, não via nada, não lia nada, não sabia de nada, e vai para Moscou dizer que o décimo ou vigésimo discurso de Trotsky sobre a matéria não passava de “bourrage de crâne”... É positivamente sesquipedal!

“Pode-se julgar das ideias de alguém quando se conhecem os discursos ou os escritos da pessoa em questão”. Este conceito, perfeitamente acertado (pelo menos uma vez!), apesar de acaciano, escreveu-o s. ex. o conselheiro Bernardo, à página 61 do *Relatório da “Delegacia” (sic.) à Rússia*. Poderíamos acrescentar, numa paráfrase igualmente conselheiral: “Pode-se julgar do caráter de alguém quando se conhecem as atitudes e as ações da pessoa em questão”. Aplicando “el cuento”, podemos concluir

que os juízos de Canellas acerca da questão francesa, bem como a respeito dos *leaders* do P.C. francês, demonstram apenas o que acabamos de repetir acima: um total desconhecimento das ideias e pessoas, sobre as quais entendeu de opinar, petulantemente, nos pronunciamentos literários e nos desastres oratórios perpetrados lá – e cá, ai de nós! Das notas para a ata da sessão da C.C.E. em que foi terminada a leitura do Relatório, consta esta confissão: “Canellas diz que não manteve contato com ninguém” – isto é, Canellas, durante o tempo – dois anos – em que esteve na França, não se manteve em contato com os meios revolucionários, com os comunistas, não frequentou nem se relacionou com os militantes do Partido

p.56

francês. Sua opinião a respeito deles, por conseguinte, não vale nada. É errônea, desonesta, caluniosa. Desdenhoso do estudo, inimigo da leitura – exceto a do *Merle Blanc* e da *A Maçã*, - desconhecendo, por consequência, os debates suscitados e sustentados, durante mais de dois anos, pela questão francesa, seu parecer – sua “opinião particular” – a respeito dela, concludentemente não vale nada. É falsa, pretensiosa, e sobretudo ímproba e insincera.

Lê-se no Relatório: “Durante a minha permanência na França, pude perceber que esses elementos da esquerda tinham suscitado contra si a hostilidade surda ou ostensiva da maioria do Partido, não digo somente entre seus elementos de escol, mas também nas suas camadas profundas. - Tanto é assim, que no Congresso de Paris os partidários da esquerda obtiveram *somente um terço* da votação, que foi quase toda para o centro” (pag. 36; o grifo é nosso). Isto é falsíssimo. No Congresso de Paris (outubro de 1922), depois das manobras indecorosas do Centro, rompendo o acordo prévio com a Esquerda, a votação para o Comitê Diretor do Partido deu o seguinte resultado: Centro, 1698 votos; Esquerda, 1516 votos; abstenções, 814 votos. Falsidade numérica, insofismável. É assim o mistificador: faz de 1516 *somente um terço* de 1698... Diz ainda o falsário: “Os esquerdistas, porém, davam amostra de uma tal sofreguidão na conquista dos postos de comando do Partido...” Nada menos verdadeiro do que isso. Desde Tours, quando se constituiu o P.C. francês, os esquerdistas sempre deixaram a maioria dos postos de comando do Partido aos centristas – e foi este tal-

p.57

vez um erro inicial, de onde, em grande parte, surgiriam, mais tarde, os graves conflitos que se verificaram, no seio do Partido. Mas expliquemos, antes de mais nada, para os leitores menos enfronhados no assunto, o que vem a ser “esquerdistas” e “centristas”. O P.C. francês nasceu da cisão havida no Congresso de Tours (dezembro de 1920) do

Partido Socialista, e ficou assim composto: 1, de uma corrente comunista, que formava o antigo Comitê da III Internacional, já reconhecido oficialmente como a seção francesa da I.C.; 2, de uma corrente chamada dos “reconstrutores”, isto é, de socialistas que preconizavam a reconstrução da II Internacional, com a participação dos partidos comunistas. Constituído o P.C. francês, as duas tendências subsistiram, formando aquela primeira corrente a “esquerda” e esta segunda o “centro” e ainda uma minoria “direitista”. Como se vê, “esquerdistas” eram os comunistas da primeira hora, aqueles que, muito antes do Congresso de Tours, dentro e fora do Partido Socialista, se batiam pela III Internacional.⁹ Cabia-lhes, pois, de direito, a preponderância nos postos de direção do novo P.C. Eles, no entanto, nem em Tours, nem em Marselha (dezembro de 1921), nem em Paris (outubro de 1922), exigiram a preponderância a que sua posição anterior lhes dava direito. Só

p.58

no Congresso de Paris, quando o conflito das tendências atingira já a maior gravidade, é que a Esquerda, por exigência do Executivo da I.C., propôs uma distribuição paritar – vejam bem! Não era ainda a preponderância – de todos os postos de direção entre o Centro e a Esquerda. Pois o Centro, após manobras e contramanobras, na hora da votação, elegeu para tais postos unicamente os elementos próprios. Isso demonstra claramente que a “sofreguidão para a conquista dos postos de comando”, de que fala Canellas, sempre foi manifesta, não entre os esquerdistas, mas precisamente entre os centristas. É aí está como o “phénomene” deturpa e falseia os fatos, fenomenalmente.

E daí, o desastre e o fiasco vergonhoso de suas atitudes no IV Congresso, quando este tratou da questão francesa. Sua declaração de voto, lida então, é um monumento de inépcia e de fatuidade. Vejam só: “Considerando que a questão do Partido francês foi relatada ao Congresso de uma maneira *unilateral* e demasiado tendenciosa; - Considerando que aos delegados que sustentavam modos de ver diversos dos do Executivo e da maioria do Congresso *não foi permitido* manifestar seus pareceres, – o delegado do Brasil protesta contra essa prática inadmissível e vota contra as resoluções apresentadas à aprovação do Congresso.” (pags. 38-39. Os grifos são nossos). Não admira que, ao ler ele isso, lhe houvessem chovido em cima “doestos e zombarias”. Não era para menos. Compreenderíamos perfeitamente – embora não concordássemos – que A. Canellas votasse *contra* a resolução do Congresso, se tal votação significasse discordância, des-

p.59

⁹ Frossard, chefe principal do Centro, que acabaria de desertar do P. C., após o IV Congresso da I.C. chamava-os: “artesãos da adesão à Internacional...” Ver *Un an d'action communiste, Rapport du Secrétariat Général*, apresentado ao Congresso de Marselha.

aprovação, juízo diverso; mas “protestar” e “votar contra” porque a questão “foi relatada” de maneira “unilateral”, não tendo sido “permitido” aos discordantes do Executivo “manifestar seus pareceres”... eis o que não podíamos deixar de estranhar. Com efeito. Dentro e fora do Executivo, no III e no IV Congresso, nos congressos e na imprensa do P.C. francês, como já dissemos, sofreu a questão um debate prolongado e ininterrupto durante muito mais de dois anos, sendo que, dentro do Partido, muito mais numerosas foram as vozes do Centro que se manifestaram nas discussões, nas assembleias como nos jornais. No Executivo Ampliado de fevereiro-março de 1922 tomaram parte nos debates 8 delegados franceses, 4 do Centro e 4 da Esquerda. Se Canellas, em lugar do *Merle Blanc*, preferisse a leitura de coisas sérias, teria lido os longos discursos então pronunciados e não iria dizer, mais tarde, como um asno, que o debate fora “unilateral”. Não diria, tampouco, nem isso nem que, no IV Congresso, não fora “permitido” aos defensores do Centro manifestar seus pareceres, porque no VI Congresso, em plenário, tratando da questão, falaram os centristas, ou não esquerdistas, Duret, F. Faure, Cachin, Renault, Renaud Jean. Da comissão especial escolhida pelo Congresso, para exame da questão francesa, faziam parte representantes dos partidos da Rússia (Lênin, Trotsky e Zinoviev), da Alemanha (Clara Zetkin e mais dois), da Bulgária (Kolarov), da Tcheco-Eslováquia, da Itália (Bordiga), da Noruega, da Polônia, da América, da Suíça, do Japão (o velho Katayama), da Inglaterra, da Hungria (Bela Kun), da Bélgica, da Áustria, da Es-

p.60

panha, um representante da I. das Juventudes e outro (Losovsky) da I.S.V. Que súcia de cretinos!

Não menos falso é o relato de Canellas sobre a contagem dos votos, no Congresso, sobre a questão francesa. Afirma o mentireiro que a Mesa, que presidia o plenário da grande assembleia, deliberou não fosse o voto dele, Canellas, levado em conta, era “preciso uma *unanimidade* e o meio de obtê-la era cassar o mandato do delegado que votou contra” (pag. 39). Para encobrir a calva indecente arranjou o trapalhão um chinó mais indecente: dizendo que, “tendo a estenografia captado” seu voto, pode o mesmo, “por um descuido de redação”, sair no *Boletim* do Congresso... Arranquemos-lhe o chinó e ponhamos-lhe a calva à mostra. Primeiro: votaram *contra* a resolução apresentada pela comissão especial dois delegados, Canellas e Renaud Jean, contando-se ainda uma abstenção. Ora, não é crível que a Mesa do Congresso, com o fim de obter unanimidade na votação, censurasse os dois votos contrários, um deles de Renaud Jean, figura de grande prestígio no Partido e na Internacional. E porque não adotava o Congresso o mesmo processo de votação nas outras questões não menos importante que a francesa? Deve observar-se ainda que os demais delegados franceses, inclusive os não esquerdistas, como Cachin e Renault, votaram a favor da decisão apresentada. – Segundo: a votação da questão francesa foi feita na sessão plenária do Congresso realizada a 2 de dezembro. Pois bem: a 9 de dezembro, o suplemento n. 32

da *Correspondance Internationale*, resumia, para a imprensa comunista do mundo inteiro, o resultado dos debates e da votação. Textualmen-

p.61

te: “a resolução sobre a questão francesa e adotada por unanimidade *menos 2 votos e 1 abstenção*” (os grifos são nossos). Vinte e poucos dias depois, antes de Canellas aqui aportar, já nós conhecíamos pela *Correspondance Internationale*, aquele resultado. Onde, pois, a censura e o descuido relatados pelo parlapatão?

De resto, a resolução do Congresso foi a mais justa e equitativa possível. Ela estipulava, para o Comité Director do Partido francês, a composição seguinte: 10 titulares e 3 suplentes, representando o Centro; 9 titulares e 2 suplentes, representando a Esquerda; 4 e 1 da tendência Renoult; 1 titular da tendência Renaud Jean e 2 delegados das Juventudes. Frossard (chefe do Centro) e Souvarine representariam o Partido junto do Executivo. Cachin (Centro) permaneceria como diretor da “Humanité”. O secretariado geral do Partido ficaria assim composto: secretário, Frossard; suplente, Louis Sellier (do Centro) e Treint, delegado da Esquerda. O Bureau político compreenderia 3 representantes do Centro, 3 da Esquerda e 1 do grupo Renoult. Em todas as demais comissões do Partido a representação das tendências seria proporcional. Não se poderia encontrar uma fórmula menos agressiva, mais conciliante que essa. Se Frossard e companhia não se submeteram a ela, isso apenas significava – e os fatos posteriores¹⁰ o estão comprovando

p.62

fartamente – que o comunismo, para Frossard, outra coisa não era senão a máscara sob o qual escondia ele seus tenebrosos desígnios de politiqueiro velhaco, pronto a passar-se, com armas e bagagens, para o campo dos inimigos da Internacional Comunista, a fazer o jogo da burguesia. É o que ele está fazendo hoje. Canellas vai pelo mesmo caminho...

Nenhuma pessoa de bom senso, que acompanhasse de perto a questão francesa, poderá, de boa fé, chegar a conclusão diversa daquela a que chegamos, dedutivamente, neste ponto: o desconhecimento absoluto, a ignorância completa do mestre Bernardo num assunto que ele tinha obrigação de conhecer a fundo. Ele mesmo, aliás, acabou confessando, em sessão da C.C.E., conforme apontamos anteriormente, que não vivia em contato com os meios comunistas franceses. Um tal contato, que completaria o

¹⁰ Eis o que escreve Zinoviev (*Correspondance Internationale*, nº de 26/10/ 1923 do renegado: “... esse canalha de Frossard, que ainda recentemente pertencia ao Partido Comunistas e que acaba de vender-se à burguesia, com o dinheiro da qual aparece *l' Egalité*... (órgão fundado por Frossard após seu rompimento com a I.C.). Como são parecidos entre si, os renegados de todo o mundo!

conhecimento da questão obtido com a necessária leitura dos documentos à mesma atinentes, poderia, na falta das leituras suprir a estas. Mas o intuitivo Canellas não fez nem uma coisa nem outra. Suas opiniões são, assim, a tal respeito, além de errôneas e falsas, de uma petulância e de uma presunção verdadeiramente fenomenais. Mais alguns exemplos.

Em carta, que nos escreveu de Moscou (21 de

p.63

novembro), dizia ele da Esquerda francesa: “A pretensa esquerda denota uma fraqueza de argumentos, um espírito de chicana e uma cupidez revoltantes”. De Rosmer, num misto de elogios e de apodos, diz que é um militante “quase desconhecido nos meios proletários franceses”. Desconhecido dele, Canellas, apesar de este afirmar conhece-lo “pessoalmente”, Rosmer antigo redator da “Vie Ouvriere”, foi dos poucos revolucionários franceses da nota que se mantiveram fielmente revolucionários durante a guerra. Em novembro de 1915 escrevia ele, acerca da Conferência de Zimmerwald, a primeira brochura da série “Lettres aux abonés de la Vie Ouvriere”. Era um dos melhores elementos do famoso grupo franco-russo de Paris, que mantinha o fogo sagrado da revolução, antes da revolução russa, e do qual faziam parte, entre outros, Trotsky e Losovsky. Nós aqui, pelos anos de 1917 e 1918, lemos muitos dos artigos de Rosmer, traduzidos e divulgados em português. Canellas, cuja assombrosa intuição dispensa a leitura, não os leu, naturalmente... Desconhecido? Desconhecidos, afinal, eram, antes da revolução russa, Lênin, Trotsky, Bukharin, Zinoniev, Radek... E enquanto, sobra Rosmer, Souvarine, Treint e toda a Esquerda francesa, enche de mentiras, de insídias, de injúrias, de calúnias quase todas as páginas do *Relatório da “Delegacia” (sic) à Rússia*, aos homens do Centro chama Canellas de “militantes sinceros do Centro, homens austeros e desinteressados...” (página 41). Frossard? Verfeuil? Henri Sellier? Fabre? Méric? (Méric é um dos principais redatores do *Merle Blanc...*) No entanto, todo o Executivo da I.C., inclusive e principalmente os inatacáveis “camaradas russos”, - isto é, o Estado Maior dos exércitos

p.64

comunistas do mundo, - sempre, desde a primeira hora, se mostrou unânime na apreciação das questões relativas ao Partido francês, apoiando e dando mão forte à “fraqueza de argumentos”, ao “espírito de chicana”, e à “cupidez revoltante” da Esquerda contra os “homens austeros e desinteressados do Centro”... Mas quem, neste pobre mundo de Cristo, pode negar a “le phénomène de l’Amerique du Sud” a capacidade bastante para divergir da opinião – “inclusive da de todo o Executivo da Internacional”? Para divergir e também para aprovar... Daí, sua concessão a Trotsky, quando este se referia “à percentagem dos elementos operários a ser observada na

organização das chapas de candidatos do Partido ao Parlamento”; porque (isto chega a ser olímpico): “durante a minha estadia na França, tive a oportunidade de manifestar a opinião idêntica perante diversos camaradas” (pag.41). E daí, igualmente, encontrar por exceção, na em geral calamitosa Resolução de Trotsky, “certas medidas que eu preconizara já antes de ir a Moscou...” Brrr!...

Como era de prever, os fatos posteriores vieram provar o acerto e a justeza da Resolução do IV Congresso sobre o P.C. francês – por conseguinte, o desacerto e a inépcia das atitudes sustentadas, na matéria, pelo “home brabo” que nós cometemos a falta irreparável de enviar a Moscou. Ainda recentemente, num apelo dirigido aos comunistas noruegueses, o próprio partido francês proclamava-o, nestas palavras: “O ano passado nosso partido atravessou uma crise bem mais grave que aquela pela qual vós hoje atravessais. Por ocasião do nosso Congresso de Paris, fora o cho-

p.65

que de tendências tão violento, tão áspero, que aparecia evidente que o Partido, entregue a si mesmo, ia deslocar-se. A Internacional interveio, aconselhou-nos, veio em nossa ajuda, beneficiou-nos com sua experiência, que era a experiência acumulada de muitos outros partidos comunistas, como os da Itália e da Alemanha, os quais também haviam atravessado, e também vencido, dificuldades análogas à em que nos debatíamos. A Internacional, de acordo com os melhores elementos e em particular com os elementos operários de todas as tendências de nosso partido, tomou decisões que obtiveram o apoio da quase unanimidade do Partido Comunista francês”. – Hoje, todas as tendências de outrora fundiram-se numa grande unidade de pensamento, de doutrina, de ação. E é agora, de pleno e íntimo acordo com a Internacional, que nosso partido, todas as suas forças reunidas, entra na batalha decisiva pelo sucesso da revolução alemã, quer dizer, pelo sucesso da revolução proletária internacional no setor alemão”. E mais adiante: “... nossa experiência e a experiência de todos os outros partidos mostram que aqueles que rompem com a Internacional serão fatalmente arrastados para o campo da burguesia, mesmo que, no momento de sua ruptura com ela, estejam eles animados de intenções muito diversas”. Isto aconteceu com o bando Frossard, vai acontecer com Antonio Bernardo Canellas. Tão certo como três e dois são cinco.

XV – Comunismo e religião

Em junho último reuniu-se em Moscou um Executivo Ampliado da I.C. Entre os assuntos

p.66

da ordem do dia figuravam um, referente à atitude dos comunistas diante da religião, cujo debate fora suscitado por certo artigo do norueguês Hoeglund, publicado na imprensa do partido. Hoeglund afirmava, nesse artigo, que o comunismo é neutro, em matéria de religião. Este ponto de vista foi combatido a fundo pela assembleia. Vamos trasladar para aqui as passagens essenciais dos discursos então pronunciados pelos delegados russos.

De Zinoviev: “Hoeglund defende o ponto de vista segundo o qual a religião é uma questão privada não somente em relação ao Estado, mas ainda em relação ao Partido. Tais concepções devem ser combatidas”. Mais adiante (citando este trecho do artigo de Hoeglund: “Que certos comunistas façam uma propaganda religiosa ou anti-religiosa, isso é coisa que não nos importa em nossa qualidade de partido. Exigimos somente que nossos membros reconheçam o programa político e os estatutos do partido”): “Esta concepção é falsa, Lênin disse, em 1905, que a religião é uma coisa, privada para o Estado, não para o Partido. Nosso partido não pode ser neutro nesta questão. Nós exigimos de nossos membros mais que o reconhecimento do programa e dos estatutos; nós devemos exigir deles uma concepção científica. Lênin, que disse isto, era um sectário?”

De Bukharin: “A argumentação de Hoeglund nada tem de marxista... Segundo Hoeglund, o fim do comunismo consiste em estabelecer sobre a terra uma Sociedade digna do Homem; quanto às coisas concernentes ao céu, isso se acha fora do alcance do comunismo. Quanto às coisas concernentes ao céu, eu posso dizer a Hoeglund como isso

p.67

se passa: pois que fiz de avião uma viagem a Berlim... O marxismo demonstra que toda religião é uma ideologia de classe...”

De Radek: “O artigo de Hoeglund mostra nele um espírito senil. Assim pensam, sobre a questão religiosa, as velhas damas que na mocidade levaram uma vida alegre... A questão religiosa tem uma grande importância. Se nós afastarmos a burguesia, afastaremos ao mesmo tempo o Senhor Deus. Porque este não é outra coisa senão uma quintessência de burguesia... Um dirigente do partido deve ter uma concepção clara destas questões...”

De Schatskin: “Depreende-se do artigo de Hoeglund que a religião é uma questão privada para o partido comunista. Este ponto de vista é falso, oposto ao marxismo. Já em 1905 Lênin escrevia: “Para o partido do proletariado socialista a religião não é uma questão privada. O partido é a união de todos os combatentes conscientes da emancipação operária. Essa união não pode e não deve mostrar-se indiferente à inconsciência e ao obscurantismo representados pelas visões religiosas.”

Por fim, o Executivo Ampliado aprovou a resolução que abaixo transcrevemos, na íntegra:

“Visto as afirmações errôneas aparecidas na imprensa comunista da Suécia, e suscetíveis de lançar confusão nas fileiras comunistas, o Comitê Executivo Ampliado dá os esclarecimentos seguintes:

“O comunista requer que a religião seja questão privada para o Estado burguês, mas não pode de nenhum modo admitir que ela seja igualmente questão privada para o Partido Comunista.

p.68

O comunista quer que o Estado burguês, como tal, nenhuma relação tenha com a religião, que as sociedades religiosas não estejam ligadas de nenhuma forma com o poder burguês. Os comunistas exigem que todo cidadão seja livre de professar a religião que lhe agradar, ou de não reconhecer nenhuma, isto é, ser ateu, como o é de ordinário todo comunista consciente. Os comunistas requerem que o Estado não tolere nenhuma distinção de direitos entre os cidadãos, baseando-se sobre sua filiação a tal ou tal religião. Querem mesmo que toda menção de confissão professada, nos documentos oficiais, seja absolutamente suprimida. Visam que o Estado burguês não possa prestar nenhum auxílio pecuniário ou outro às associações eclesiásticas e religiosas. Em suma, exigem que a religião seja questão privada para o Estado.

“Mas, o partido comunista, em nenhum caso, poderia ver com indiferença seus membros, mesmo como pessoas privadas, ocuparem-se de propaganda religiosa. O Partido Comunista é a união voluntária dos campeões conscientes e avançados da emancipação da classe operária. A vanguarda comunista não pode nem deve ser indiferente à inconsciência e ao obscurantismo religioso. O partido comunista tem o dever não somente de ensinar a seus membros a fidelidade a um programa político, a reivindicações econômicas determinadas e aos estatutos do partido, mas ainda inculcar-lhes a filosofia integral do marxismo, de que o ateísmo é parte constitutiva.

“É natural que a propaganda anti-religiosa deva ser feita com circunspeção particular,

p.69

sob uma forma bem pensada, apropriada aos meios aos quais se dirige. A propaganda anti-religiosa dos comunistas, especialmente no seio da juventude, deve ser feita de acordo com um programa cuidadosamente meditado e tendo em conta todas as circunstâncias.

Num partido comunista de massas, há por vezes membros da fileira que ainda não estão inteiramente libertos da mentalidade e dos preconceitos religiosos. Mas o partido em seu conjunto, e, sobretudo, seus dirigentes, devem combater os preconceitos religiosos e pregar, como convém, o ateísmo. Uma propaganda ativa da religião, mesmo sob as formas mais modernizadas, feita pelos camaradas dirigentes, especialmente pelos intelectuais, é absolutamente inadmissível.

“Os comunistas querem a organização de todos os operários nos sindicatos, independentemente de sua crença religiosa. Tendo em consideração que, em diferentes países, existem ainda milhões de operários de mentalidade mais ou menos religiosa, os comunistas devem atraí-los à luta política e econômica comum e em nenhum caso repeli-los por causa de seus preconceitos religiosos. Em particular, em sua agitação em prol do governo operário e camponês, os comunistas devem constantemente acentuar que eles propõem nesse caso uma aliança fraternal a todos os operários, religiosos ou ateus”.

O Executivo Ampliado, que tomou essa resolução, reuniu-se nos dias 12 a 23 de junho, último. Nossa resolução sobre o relatório de Canellas foi tomada a 6 de junho. Parece, pois, pelo que se vê, que nós não andamos errados neste capítulo...

p.70

XVI – O arara de Moscou

Como no tocante à questão religiosa – coisa de abc do comunismo – deu Antonio Bernardo, em Moscou, inumeráveis outras provas do emaranhado confucionismo ideológico reinante em seu pobre crânio fenomenal. Espanejamos um pouco esse arranhol...

Por exemplo, a cerca da maçonaria. Nesse ponto, (ver pags. 28-32 da brochura) confundiu ele alhos com bugalhos, quando confere à maçonaria um caráter de “seita religiosa”, o que não é certo, pelo menos atualmente, nem é nesse sentido específico que a I.C. condena a permanência ou ingresso de comunistas nas lojas maçônicas. A maçonaria é uma instituição – do ponto de vista político ou mesmo do simples ponto de vista beneficente, mutualista, humanitário – uma instituição essencialmente de *colaboração de classe*, coisa de princípio incompatível com o comunismo de *luta de classe*. Nada compreendendo dessa diferença fundamental, respondeu Canellas, pela forma confessada, ao *Bolchevik*. Aliás, procurando - como sempre – justificar a asneira cometida, diz ele que sua resposta ao inquérito foi redigida com o propósito deliberado de provocar a controvérsia: ele, humilde “aprendiz” de comunismo desejava aprender a lição das “mais eminentes competências do marxismo”. Comovente humildade! Mas, sobretudo, que refinada hipocrisia!... E, depois, a informação falsa: que, em nosso Partido, se contavam camaradas maçons “cuja ação pró-revolucionária no seio de sua seita é notável e notória”. Etc., etc., etc...

A questão do centralismo e federalismo, mais uma vez suscitada a propósito do projeto Eberlein, deixou Bernardo integralmente às tontas. Questão básica para a formação estrutural da I.C., ela requeria, e nela colaboraram, com efeito, as mais experimentadas competências em matéria de organização. Vencendo, por momentos, sua humildade de “aprendiz”, entendeu Canellas que as luzes de sua colaboração eram indispensáveis ao bom acabamento da obra. Desgraçadamente para a revolução mundial, seu desejo não foi satisfeito... Sua colaboração foi repelida! E daí, já se vê, o par de botas que saiu aquilo. Quem conhece de perto a Antonio Bernardo não pode deixar de rir-se diante de estultice do parlapatão. Canellas é absolutamente incapaz de organizar seja o que for. Falta-lhe por completo qualquer qualidade de organizador. Seus castelos hão ruído um a um, lamentavelmente. E como havia ele de intervir no ponto de organização estrutural do Comintern? Suas opiniões sobre o assunto são as mais confusas. Relemos três vezes a extensa nota pespegada às páginas 44 e 45 da brochura, e nada concluimos. Centralismo? Federalismo? Já num artigo publicado no *Movimento Comunista* (n. 17, 25-2-1923) opinava o aranheiro: “O projeto da nova organização da Internacional é extremamente severo, de uma severidade que me chocou ao princípio¹¹”.

Agora, porém, estou convencido da sua necessidade. Os partidos pequenos e fracos, em particular, serão favorecidos com a nova organização que além disso tem o mérito de extirpar do seio da I. C. todos os vestígios aparentes ou encobertos de federalismo dissolvente”. Numa outra página da brochura, teme ele que tal “centralização” venha a redundar em “impotência” e “confusão”, o que não aconteceria com a prática de um “federalismo bem proporcionado” (pag. 56). Uma indecifrável charada... sem conceito. E com essa clareza de ideias é que o “phénomene” queria intervir na resolução dum problema, qual o da estrutura orgânica do Comintern, de importância primordial, decisiva para a mesma existência do comunismo internacional!!

Não menos confusa, esturdia e falsa, a ideia que fazia Canellas sobre o que fosse um congresso comunista. Reivindicando para si, como um furioso anarquista ou um reles democrata, o direito de “liberdade de opinião” em geral, pensava ele de sua obrigação meter o bedelho, invariavelmente, em todos os debates. Sua opinião – “acertada ou errônea” (pag. 70) – devia ser ouvida. Como poderia o Congresso da Internacional Comunista chegar a bom termo sem ouvir os pareceres de Antonio Bernardo Canellas, delegado do Brasil – desse mesmíssimo Brasil que já enviara, em

¹¹ Não fora Canellas o preguiçoso mental que é, e teria lido, como nós lemos aqui, os artigos e debates já produzidos antes do IV Congresso acerca da questão. Estaria enfronhado no problema, cuja solução prevista lhe não chocaria a crassa ignorância.

tempos, para Haia, o verbo de Ruy Barbosa? Ruy fora a águia de Haia; Bernardo seria a águia de Moscou. Bonito! Infelizmente para ele e para o Brasil, seus aquilinos sonhos se desfizeram melancolicamente, degenerando a águia em vulgaríssima arara. Esse,

p.73

com efeito, o papel de Canellas, em Moscou: papel de arara...

Todos os Mérics, Fabres, Verfeuils e demais Bernardos do Centro francês reivindicaram também para si o direito de livre opinião – mesmo de opinião anticomunista – dentro do Partido e da Internacional. Trotsky pôs as coisas em seus devido lugares: “Muito se gritará contra as “ordens” de Moscou. Gritar-se à novamente em prol da liberdade de opinião...; são esses mesmos camaradas que reclamarão ainda a liberdade de pensamento e de crítica. Mas esses camaradas, que travam polêmica em defesa da liberdade de pensamento e de opinião, têm eles em vista as divergências inevitáveis *dentro* dos quadros comunistas? Não. O desejo deles consiste em deblaterar dentro dos quadros de uma organização que englobe os pacifistas, os maçons, os propagandistas da santa lei católica, os reformistas, os anarquistas, os sindicalizantes. Eis o a que eles chamam a liberdade de pensamento”. Precisamente para esses tais é que os congressos comunistas deviam transformar-se em “justas de laureados” – onde todos falassem e opinassem, acertada ou erroneamente... Imagine-se um congresso, com 500 delegados, a funcionar desse jeito. Mesmo que todos opinassem acertadamente, seria impossível falarem todos, a propósito de tudo. Um simples cálculo de criança basta para mostrar a insensatez, a impraticabilidade de semelhante critério, que só podia ocorrer ao arara de Canellas. Digam os algarismos: 500 delegados. 12 pontos na ordem do dia. Cada delegado a falar, no primeiro discurso, na réplica e na tréplica, durante um minuto de

p.74

2 horas sobre cada ponto. Aí temos: 12 multiplicado por 2 igual a 24, isto é, cada delegado falaria, no congresso, durante 24 horas, isto é, um dia. Conclusão: 500 delegados, 500 dias de debates, quase dois anos... Era o caso de uma boa patrulha da guarda vermelha correr a coronhadas um tal bando de bernardos internacionais.

XVII – Isolado, abandonado, desprezado

Um conselho é como um purgante: fácil de receitar e difícil de tomar.

“Pouco nos devem interessar as questões de prestígio: o interesse da propaganda comunista deve ser a nossa razão suprema” (pag. 67). Eis um sábio conselho, que Antonio Canellas tão facilmente receitou... para uso alheio. Nós o tomamos. E foi

baseada naquela razão suprema que a C.C.E. procedeu, desde o começo, em toda a questão suscitada pelo malfadado Relatório. Fizesse Canellas o mesmo, seguisse o próprio conselho dado, colocasse o interesse do comunismo acima do mesquinho prestígio pessoal, reconhecesse lisamente seu erro e suas faltas, e tudo teria terminado do melhor modo possível. Ele não o fez. Aqui, como em Moscou, no delírio de uma egolatria super anticomunista, ele colocou sempre sua pessoinha acima de tudo, qual se dependessem dele, Canellas, os destinos do mundo. O resultado não poderia ser outro senão aquele a que chegamos: a C.C.E. com o comunismo, dentro da Internacional Comunista, e o “phénomene”, com seu individualismo, fora da Internacional Comunista. A C.C.E. deu inumeráveis provas de tolerância, de paciên-

p.75

cia, de serenidade. Tudo inutilmente. Canellas, vaidoso, irritadiço, não-me-toques, não arredou o pé, um só instante, de seu auto pedestal, querendo, à viva força, que a C.C.E. o apoiasse contra a I.C. Essa pretensão abstrusa, delineada desde a primeira leitura do Relatório, acentuada com o golpe da resolução por ele mesmo redigida – cuja aceitação constituía condição “*sine qua non*” de sua permanência no Partido – ficou bem clara, ressaltando, patente, de todos os seus gestos e atitudes. Por fim, a própria brochura confessa: a política a seguir pela C.C.E., segundo ele, devia ser a de “uma ação de resistência formal contra a resolução adotada a nosso respeito” (pag. 73). Coisa nitidíssima: a C.C.E. e todo o Partido deviam cerrar fileiras em torno de Canellas, apoiando-o e prestigiando-o, aprovando o desempenho de sua missão, renovando-lhe a confiança... numa palavra – agachando-se diante dele Canellas. Não podíamos, não devíamos nem seguimos semelhante política, que valeria por transformar-nos de comunistas em... “canellistas”. Tinha graça!...

E daí, o desespero, a raiva, os tremebundos e pulcros “melindres” do melindroso senhorito... Porque nos não submetemos a ele Canellas, colocando-nos, com ele, fora da Internacional Comunista, mas mantivemo-nos, pelo contrário, como comunistas, dentro da Internacional Comunista, - toda sua ira, toda sua bÍlis de ictérico se desmandou contra a C.C.E., que assim, levada pela “sedução da inércia” (pag. 79), preferia enveredar por uma covarde “política de passividade e de renúncia” (pag. 75)! Pura demagogia do grandiosíssimo ativista... Inércia? Sem os “bluffs” tão ca-

p.76

ros ao parlapatão, lentamente mas seguramente, podemos gabar-nos de um trabalho fecundo e útil, vencendo, uma a uma, sem desfalecimentos, todas e todas as dificuldades que se nos hão atravessado no caminho. E depois, só reconhecemos um juiz para nossas ações: é a própria Internacional a que nos honramos de permanecer fiéis. Quem é Canellas para nos julgar? Qual sua folha de serviços no movimento operário do Brasil?

Que é que resta aí de pé, como fruto do seu ativismo? O que ele tem feito até agora de mais notável é viajar pelo estrangeiro à custa dos trabalhadores, aos quais depois mete o pé, porque esses trabalhadores entendem de não endossar nem aplaudir suas asneiras cometidas no estrangeiro... E é só. Que resta de sua passagem por Alagoas? Que resta de sua passagem pelo Recife? Que resta do plano grandioso da *Ruche* e dos dinheiros cavados para a *Ruche*? Nada de nada. Que tem ele feito aqui no Rio? Que tem ele feito por sua própria associação, a Associação Gráfica? Há um ano que se acha no Rio e ninguém o viu ainda participar sequer de uma só assembleia de sua associação. Parcela alguma de seu ativismo há contribuído para sustentar o esforço tenaz de alguns companheiros, que a si tomaram a tarefa de salvar a Associação Gráfica do naufrágio certo. Só ultimamente costuma ele frequentar a Gráfica – não para participar de seus trabalhos, mas tão somente para impingir sua brochura aos ingênuos, fazendo seu negócio, e para emprenhar os ouvidos de uns e de outros – que o não conhecem – com insinuações, perfídias e intrigas... Covardia? Covardia, nos países capitalistas como o Brasil, é declarar-se fora da Interna-

p.77

cional Comunista, combater o comunismo e os comunistas. Covardia é entrar para a cadeia, comunista, e sair da cadeia, não mais comunista. Nos países capitalistas como o Brasil, a coragem está com aqueles que se declararam partidários de Moscou, dentro ou fora da cadeia.¹² Nenhum dos outros prisioneiros presos, que em junho-agosto último estiveram encarcerados, juntos com Antonio Canellas, sofreu, como este, suores noturnos e diurnos, com o pavor do Acre e de não sabemos mais que tremendos castigos... todos se mantiveram firmes e serenos – exceto precisamente Canellas. Este, sim, deu sempre sobejas demonstrações de medo, de cagaço, de covardia.

Escreve ainda o pulhostre que a “disposição de espírito” dos membros da C.C.E., quando examinaram e resolveram sobre o Relatório, não refletia a disposição de espírito “da maioria dos comunistas do Brasil”. Ele mesmo tem hoje a prova disso: quem é, com efeito, o comunista que já

p.78

se manifestou solidário com ele, contra a C.C.E.? Qual o Centro do Partido que haja desaprovado a conduta da C.C.E.? Vamos, mistificador fenomenal, aponte um nome, cite um Centro sequer! Mesmo insuficientemente informados sobre a questão, nem um

¹² Num dos encontros que teve com o camarada Astrojildo, o senhor Damian, amigo de Canellas, por este encarregado de contratar conosco a soltura do prisioneiro, disse o seguinte: - “Canellas tem em sua defesa a atenuante de manifestar-se, no relatório que fez, contra os comunistas... contra a Internacional de Moscou...”. – Ora, Damian só podia falar desse jeito por ter ouvido tais palavras da própria boca de Canellas. E quem nos diz que este último, acovardado diante da polícia, não as houvesse dito, igualmente, às autoridades que o interrogaram? A suposição é das mais legítimas.

só dos aderentes do Partido, em todo o país, disse, até hoje, qualquer palavra desconforme com as resoluções tomadas pela C.C.E. em relação ao traidor. A C.C.E. foi unanimemente apoiada e sustentada, sem a menor discrepância, por todo o Partido. Canellas ficou e ficará isolado, abandonado, desprezado. É o destino inelutável dos traidores...

XVIII – Fora da Internacional Comunista

Deturpando e falseando sempre a verdade, conta Canellas, a seu modo, no final da brochura, como se “desligou” da Internacional Comunista – “demitindo-me (diz ele, pag. 79) do cargo que ocupava no Partido e do próprio Partido”. Essa “resolução” tomou-a ele em setembro, ao ser posto em liberdade, após treze meses de prisão, - porque só então, escreve, “soube que o modo de ver contrário ao meu tinha prevalecido” (mesma página). É de notar-se, desde logo, mais uma vez, esse traço característico da pretensão à infalibilidade: não admitir que os demais adotem um modo de ver contrário ao seu. Simples modalidade do “crê ou morre!” E somos nós os fanáticos... Mas o fato é que as coisas não estão contadas com a necessária exatidão.

Canellas foi preso no dia 8 de junho. A resolução da C.C.E., cujo projeto ele conhecia, foi

p.79

definitivamente adotada em sessão de 6 de junho, isto é, 2 dias antes de ele ser preso. É certo que ele não teve conhecimento do texto definitivo, - aliás em muito pouco modificado, - porque desde o dia do faniquito não compareceu mais às sessões posteriores da C.C.E. Não se nos pode imputar a culpa do lamentável estado a que seus melindrosos nervos chegaram...

Após ser posto em liberdade, comparecendo – precisamente a 7 de setembro – à sessão da C.C.E., fez Canellas um simples pedido verbal de demissão unicamente do cargo que ocupava. Jamais recebeu a C.C.E. qualquer pedido seu de demissão do Partido. E ainda na sessão de 16 de setembro¹³, limitou-se a C.C.E. a suspende-lo temporariamente, restando-lhe o recurso de apelar para o Congresso do Partido. Sua expulsão foi pronunciada somente em seguida à publicação da brochura, a qual contém, ademais do Relatório propriamente dito, declarações formais de rompimento com a I.C. E é preciso acentuar o seguinte: Canellas não foi demitido, a pedido seu, mas expulso como desertor e traidor, o que é diferente. Não se compreende que um soldado deserte das fileiras e seja, em consequência, demitido a solicitação sua própria... Também na I.C., os casos de deserção são julgados em conselho de guerra.

¹³ Ver pags. 19-22 (V Capítulo).

Fazendo uma pequena barretada aos anarquistas – em cujo campo sua brochura vai fazendo sucesso... – Canellas, referindo-se à I.S.V., cumula-a de elogios, em contraste com a I.C. E se

p.80

o Congresso da I.S.V. funcionou “de uma maneira regular”, explica-se isso, anota ele, pelo fato da presença, em seu seio, “de minorias anarquistas ativas, que sustentam uma crítica, em geral injusta mas, como todas as críticas, necessária”... (pag. 77). A explicação peca pela base, e o conceito vale por uma formal contradição com a própria atitude de Antonio Bernardo. Não há no mundo organização alguma onde a crítica, a autocrítica, se exerça, com mais severidade e vigilância do que dentro do Comintern – sendo que o P.C. russo é o primeiro a dar o exemplo dessa prática salutaríssima. Mas a contradição está no seguinte: para exercer uma “crítica necessária” ao próprio Partido, dentro dele e não fora dele devia Canellas permanecer – se verdadeiras e sinceras fossem as palavras de fé comunista exarada ao final da brochura.

Falsa fé, juramento falsíssimo. Fora da Internacional Comunista não há comunismo possível. “Fora da Internacional Comunista reinam o desvario, a traição, a impotência e a confusão. A burguesia sabe perfeitamente que fora da Internacional não há nada digno de ser tomado a sério no ponto de vista revolucionário. É por isto que em todos os países a ira da burguesia se volta especialmente contra os comunistas”. Apoiado. Louvamo-nos, aqui, no próprio conceito de Canellas, escrito para o *Movimento Comunista*, n. 16, de fevereiro de 1923... Não poderíamos, nós outros, pronunciar tão rigorosa quão justa sentença.

Sua “posição independente”, colocando-se fora das fileiras comunistas, é, pois, a posição do desvario, da traição, da impotência e da confusão.

p.81

Puríssima verdade que os dias hão de patentear, a cada volta do sol. De resto, Canellas será apenas mais um a argumentar o número de outros, que já antes dele, como ele assumiram também igual “posição independente” e acabaram todos no desvario, na traição, na impotência e na confusão. Um exemplo típico neste sentido, é o do ex-comunista francês Henri Fabre, o qual, à semelhança de Canellas, dizia: “Nós continuaremos nossa obra como no passado, fora de todo partido cego, estreito e sectário”. Como Canellas, também Fabre, “passa ser comunista”, não necessitava “da assistência nem do beneplácito de instituição alguma”. Como para Canellas, também para Fabre “a participação à Internacional Comunista não é uma mercê souvarinesca”... E é por isso que Fabre, ao rumor da revolução comunista na Alemanha, “anunciou que

pediria, contra a Alemanha e a Rússia soviética, um fuzil a Poincaré”¹⁴. Assim também acabará o ex-comunista Antonio Bernardo Canellas – no desvario, na traição, na impotência e na confusão. Ele já começou...

Lembra-se Canellas da réplica de Radek, no IV Congresso, a Weithauer? Weithauer é uma espécie de Canellas da Tchecoslováquia... Disse Radek: “O camarada Weithauer nos ameaça de declarar nossa Internacional uma singular Internacional. Conhecemos bastante tais ameaças. No II Congresso fa-

p.82

laram os representantes do K.A.P.D.¹⁵ e vale a pena ler agora o último artigo de Gorter¹⁶. Depois da cisão K.A.P.D., Gorter declarou que as greves eram atos contra-revolucionários, que tudo deslizava para a direita e que o dever dos comunistas consistia em dizer: “só a revolução nos pode salvar”. Se Weithauer se coloca ao lado de Gorter e que ambos ameacem declarar-nos uma “singular Internacional”, nós saberemos suportar um tal destino com a coragem que nos caracteriza, a nós outros comunistas, mesmo que devamos correr o perigo de ver um terceiro juntar-se a Weithauer e a Gorter”. Profética ironia! Canellas, ali presente, ouviu a declaração de Radek e, de regresso ao Brasil, não resistindo aos desejos de encarapintar-se numa “posição independente”... lá foi juntar-se a Weithauer e a Gorter – na confusão, na impotência, na traição e no desvario... *A la belle compagnie, salut!*

XIX – A última pá de cal

Já na resolução de 6 de junho havíamos dito: “A C.C.E. conclui, das considerações acima, que a resolução do Executivo, em parte injusta e inexata em suas apreciações sobre o P. C. brasileiro, baseou-se, evidentemente: 1º em informações anteriores incompletas ou falseadas; 2º, nas ati-

p.83

tudes e opiniões errôneas de nosso delegado”.¹⁷ Isso está hoje definitivamente comprovado, e reconhecido pessoalmente por um delegado do Executivo da I.C., como se verá mais abaixo. De resto, a conclusão a que chegáramos era de uma lógica

¹⁴ Ler artigo de Z. Leder, na *Correspondance Internationale*, n. 86 de 30-10-1923.

¹⁵ Iniciais do pequeno partido operário comunista da Alemanha, excluído, por suas tendências anarquizantes, da I.C.

¹⁶ Representante do K.A.P.D. no II Congresso da I.C.

¹⁷ Ver pag. 17.

irretorquível. O Executivo julgara o nosso Partido através de Canellas: este, pelo só fato de ser nosso delegado, nosso representante, aparecia, aos olhos do Executivo, como um militante responsável, como um homem realmente representativo do P.C. brasileiro. Já explicamos as razões que nos levaram a escolher Canellas como nosso delegado ao IV Congresso.¹⁸ Esse foi nosso erro, aliá atenuado pelos motivos apontados. Mas o Executivo, sem possuir quaisquer informações anteriores e diretas acerca do nosso Partido, julgou-nos, muito naturalmente, através das atitudes, opiniões e posições de nosso representante. Neste sentido, temos que reconhecer que a resolução do Executivo foi justa. Isto é, ela foi justa por hipótese – pela hipótese de que o P.C. brasileiro fosse todo ele composto de bernardos e canellas. Verificado o engano da hipótese – isto é, verificado que só havia, no Partido, um único Antonio Bernardo Canellas, repudiado por todo Partido, que ele não soube representar – o Executivo da I.C., pela voz de um seu delegado, chegou à mesmíssima conclusão a que já havíamos chegado.

Demos, pois, a palavra ao camarada R. J. Ghioldi, que esteve entre nós durante a segunda se-

p.84

mana de janeiro corrente. Suas declarações constituem um documento honroso e alentador para o P.C. brasileiro, e valem, ao mesmo tempo, pela última pá de cal sobre o cadáver revolucionário do ex-comunista Antonio Bernardo Canellas.

Ei-las, no próprio original¹⁹:

“O delegado da Internacional Comunista perante o Partido Comunista Brasileiro constata, após as informações e documentações fornecidas a seu pedido pelo Comitê Executivo do P.C.B., o seguinte:

1. Que a organização do Partido funda-se nas linhas estabelecidas pelas teses sobre as estruturas dos partidos, decididas pela IC em seu III Congresso.
2. Que o Partido aceita sem reservas as resoluções da IC, inclusive à relativa. Atualmente, só um militante, que não é membro dirigente, pertence contemporaneamente à maçonaria. A CCE do PCB, solidarizando-se sinceramente com

¹⁸ Ver pag. 1.

¹⁹ O idioma original é o espanhol. Traduzimos para o português para facilitar a leitura de pesquisadores.

o acordo internacional respectivo, compromete-se a cumpri-lo no caso do único membro maçom, dentro de um prazo conveniente.

3. Que a orientação e a tática política do Partido colocam-se dentro dos princípios da IC, não percebendo-se na direção do Partido nenhuma influência pequeno-burguesa ou anarquizante. A maior parte do PCB provém das fileiras anarquistas – no Brasil nunca houve social-democracia -, mas também é verdade que ditos camaradas levaram a

p.85

cabo com êxito um notável esforço de reeducação marxista, o que os identifica com a Internacional.

4. O informe apresentado pelo delegado Canellas foi rejeitado pela CCE do PCB. Nas questões examinadas pelo 4º Congresso mundial, a CCE do PCB pronunciou-se em favor da IC, inclusive na ‘questão francesa’, contrariamente à atuação de Canellas. Além disso, Canellas foi expulso do Partido, por ter publicado em opúsculo o seu informe.

5. Que, por conseguinte, entre a IC e o PCB existiu apenas um mal entendido, cabendo a responsabilidade do mesmo não ao Partido –o qual situa-se no mesmo plano político da IC -, mas sim à atuação desastrada de Canellas, que em Moscou refletiu sua própria opinião e não a do Partido.

6. Que o PCB orienta-se pela linha da IC, organiza-se com base no centralismo democrático, visa ao desenvolvimento dum infiltração nas massas operárias e não registra nenhuma divergência com quaisquer resoluções da Comintern – a resolução da IC de dezembro de 1922 a respeito desse Partido não tem razão de ser. Somente as informações errôneas e a posição falsa do delegado Canellas puderam criar uma situação confusa nas relações entre o PCB e a IC.

7. Que só existe um ponto que poderia ocasionar uma discussão com o Partido: o da abstenção eleitoral nos estados. Mas que isso fica descartado, pois além de ser uma questão de circunstâncias e de detalhe – pois o PCB aceita a

p.86

tática parlamentar, como demonstra sua intervenção nos comícios do Distrito Federal – a CCE resolveu submetê-la à consideração do Executivo internacional.

Por tudo o que procede, a delegação do Comitê Executivo da Internacional Comunista reconhece o esforço plausível realizado pelo PCB para constituir no Brasil uma poderosa e digna seção da Internacional Comunista, esforço que exigiu inteligência elástica e tenacidade irredutível, uma vez que teve de ser realizado em um regime de semi-ilegalidade e de perseguições governamentais. A IC tem confiança em que o PCB saberá seguir cumprindo todo o seu dever.” – *Rio de Janeiro*, 9 de janeiro de 1924. – R. J. Ghioldi.

Explicação editorial

A resolução da C.C.E., estampada na imprensa diária (ver pag. 29), em dezembro de 1923, prometia para logo depois a publicação desta réplica ao Relatório de Canellas. A réplica foi redigida, a seguir, efetivamente, porém sua publicação – que não dependia apenas de nossa vontade, e sim, também dos meios necessários – teve que ser postergada. Sai, agora, com grande atraso. Contudo, supomos, que nada perdeu de seu valor documental. Sirva, pois, esta nota como explicação da demora involuntária.

Junho de 1924.